

SOLENI TEREZINHA BISCOUTO FRESSATO

**PELA CATOLIZAÇÃO DA ELITE CURITIBANA
O PROJETO INTELECTUAL DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES” – CEB
1929 – 1945**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Helenice Rodrigues da Silva

CURITIBA

2003

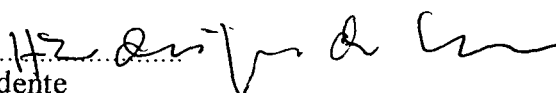



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

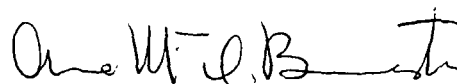
PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação da candidata **Soleni Terezinha Biscouto Fressato**, sob o título "Pela catolização da elite curitibana. O projeto intelectual do círculo de estudos "bandeirantes - CEB 1929-1945" para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela **A. PRONUNCIANDO** sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Curitiba, 11 de novembro de 2003

Prof. Dr. 
Presidente

Prof. Dr. 
1º Examinador

Prof. Dr. 
2º Examinador

Ao Décio,
por ter plantado a semente...

AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim de um trabalho são tantas as pessoas a agradecer, foram tantas contribuições, tantas palavras de estímulo e carinho. Ao nomear essas pessoas corro o risco de esquecer alguém, mas é um risco necessário...

Ao comprometimento da orientação da Prof. Helenice...

Às contribuições seguras e fundamentais da banca, Prof. Etelvina e Ana Maria...

Aos meus pais e irmã que entenderam minhas ausências nas discussões familiares...

Aos companheiros de jornada: Andréa, Viviane, Lílian, Marcos, Arthur, Ederson, Isabelle e Jefferson...

Ao Fernando, por ter suportado, bravamente, todas as minhas crises e angústias...

À Cíntia, pelas velas e pelo mel...

Ao Elton, por aliviar meu *stress*, poucas, mas significativas vezes...

Ao Jorge, pela torcida distante...

À Dirce, pelas conversas e estímulo...

À Regina e ao José, pelas leituras minuciosas...

Ao Carlos, pelo *abstract* em tempo *record*...

Enfim a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que esse trabalho chegasse ao fim. Obrigada!!

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB	4
1.2 A Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”	9
1.3 Intelectuais: uma discussão conceitual	11
2 O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DO CEB	17
2.1 Movimento ultramontano	17
2.1.1 Ultramontanismo no Brasil	21
2.1.2 Ultramontanismo em Curitiba	28
2.2 Educação: espaço estratégico de católicos e inovadores	32
2.3 “Era da Catástrofe”	36
3 O PROJETO INTELECTUAL DO CEB	41
3.1 A filosofia neotomista e a atuação na área educacional.....	44
3.1.1 Do Curso à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná	48
3.2 A simpatia aos valores políticos ligados ao autoritarismo	55
3.3 A formação da identidade regional	58
4 CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	77

RESUMO

O presente estudo está centrado num grupo de pensadores católicos que fundaram, em Curitiba, o Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB. A análise das fontes, os livros-atas da instituição e a Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes” servem para responder a questão que orienta o trabalho: as propostas do projeto intelectual desse grupo. O estudo abrange o período de 1929, quando a instituição é fundada, a 1945, período de maior produtividade desse grupo, como também, esse ano representa mudanças significativas nacionais e internacionais. Apresenta-se, inicialmente, uma discussão sobre adaptação do conceito de intelectual no contexto histórico brasileiro. Na seqüência, a ênfase recai sobre o ambiente de fundação da instituição, considerando a política ultramontana da Igreja Católica, a preocupação de católicos e inovadores com a educação, o avanço das idéias conservadoras no período em estudo, bem como as discussões em torno da formação de uma identidade nacional. Por último, o estudo trata especificamente do projeto intelectual do CEB, que possuía como base a filosofia neotomista, uma simpatia aos valores políticos autoritários e uma proposta para a formação da identidade regional.

PALAVRAS-CHAVE: intelectuais, política ultramontana, identidade regional.

ABSTRACT

The study is focused on a Catholic thinker group who founded, in Curitiba, the *Círculo de Estudos “Bandeirantes” - CEB*. The analyses of bibliography, like institution “meeting books” and the *Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”*, is useful to answer the question that orientates the work: the proposes of the intellectual project of this group. The study ranges the period of 1929, when the institution was founded, to 1945, the period a great intellectual progress in this group and the year that represents important national and international changes. It is, initially, a discussion on the intellectual conception adaptation in the historical Brazilian context. Then, the emphasis goes to the environment of the institution foundation, considering the Catholic Church Ultramontane Politics, the worries of catholics and innovators on education, the advance of conservative ideas in the period of study, as well as the discussion on a national identity formation. At last, the study deals, specifically, to the intellectual project of the CEB, which has its basis on the Neotomist Philosophy, an affinity to the imperative values and a propose for a regional identity formation.

KEY-WORDS: intellectuals; ultramontane politics; regional identity.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da presente pesquisa é o Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB, instituição fundada no ano de 1929, em Curitiba, por um grupo de pensadores católicos. De forma mais específica, esse trabalho se propõe a apresentar as propostas do projeto intelectual desse grupo.

Ao tornar objeto de estudo esse projeto defendido por um grupo de pensadores que se autodenominavam “intelectuais”, uma das nossas primeiras preocupações é a de compreender o significado do termo, principalmente no contexto histórico brasileiro nos anos de 1930 e 1940. Assim, nesse estudo sobre o CEB, tentaremos questionar o papel de seus integrantes, enquanto intelectuais.

O período do nosso estudo situa-se de 1929 até 1945. Espaço de tempo em que a atuação cultural e intelectual da instituição foi mais intensa e mais próxima da sociedade curitibana. Os encontros entre seus membros eram mais freqüentes nesse período¹, se comparado aos anos posteriores, assim como a publicação da instituição, a Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes” revelou-se mais numerosa.² Ora, o ano de 1945 representa mudanças significativas nos contextos nacional e mundial. No âmbito nacional, teve fim o governo de Getúlio Vargas, marcado pelo autoritarismo, pressupondo a abertura a novos tempos; no âmbito internacional, acabava a Segunda Guerra Mundial e uma nova era se anunciava.

Os pensadores do CEB, preocupados com certos valores morais, elaboram propostas que perfazem o projeto intelectual da instituição. Procuramos entender o papel e o significado desse projeto, no que diz respeito à sua filosofia (neotomista), à

¹ Anexo 1 – Reuniões do Sócios do Círculo de Estudos “Bandeirantes”- CEB (1929-1955).

² As revistas consultadas estão além do período em estudo, pelo fato de possuírem informações pertinentes para a pesquisa, incluindo-se a comemorativa dos vinte e dos vinte e cinco anos da instituição: Tomo 1, nº 1 de setembro/1934; Tomo 1, nº 2 de agosto/ 1935; Tomo 1, nº 3 de setembro/1936; Tomo 1 nº 4 de fevereiro/1937; Tomo 1, nº 5 de abril/1938; Tomo 2, nº 1 de setembro/1939; Tomo 2, nº 2 de julho/1941; Tomo 2, nº 3 de outubro/1944; Tomo 2, nº 4 de setembro/1949, revista comemorativa de 20 anos da instituição; Tomo 2, edição especial, setembro/1954, revista comemorativa de 25 anos da instituição. Em 1938, a Revista adquiriu personalidade jurídica e é reconhecida de utilidade pública. Após 1954 teve outra publicação em 1956. A próxima publicação localizada é de 1988, quando passou a ser responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica – PUC, sendo publicado rigorosamente um número por ano.

sua atuação na área educacional, à sua postura política (a sua simpatia pelas idéias autoritárias) e à sua vocação cultural (pensar as questões ligadas à identidade nacional).

Em linhas gerais, o projeto intelectual dessa instituição baseava-se nos princípios do neotomismo (relativo a São Tomás de Aquino). Ele se caracterizava, principalmente, pela tentativa de conciliar o aristotelismo, ou seja, a razão, com o cristianismo, a fé.

O resgate da filosofia tomista fazia parte da política ultramontana³ e de seu desdobramento, a ação católica. Em meados do século XIX, com o papa Pio IX, a Igreja Católica posicionou-se contra as idéias racionalistas e liberais, resgatando valores conservadores e medievais, com base na filosofia de São Tomás de Aquino. Seus sucessores, Leão XIII, Pio X, Pio XI e Bento XV mantiveram essa mesma política, criticando a secularização da sociedade e o avanço das idéias anticlericais.

Orientados por esses pressupostos, os pensadores do CEB se propuseram a refletir sobre essa filosofia, discutindo, em suas reuniões semanais, diversas obras de intelectuais católicos propagadores do neotomismo, entre elas as de Jacques Maritain e de Alceu Amoroso Lima; como também se dedicaram ao seu estudo, por meio de um Curso de Filosofia ministrado pelo Pe. Jesus Ballarin, nas dependências da instituição. Esse curso foi a base da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, fundada em Curitiba no ano de 1938. Responsáveis pela fundação dessa Faculdade, esses pensadores participaram, ativamente, do seu desenvolvimento, compondo a diretoria e o quadro docente.

Além da atuação na órbita da faculdade, os fundadores do CEB se ocuparam do ensino em colégios de Curitiba, principalmente no Ginásio Paranaense, se propondo a defender uma educação católica, em razão do avanço das idéias inovadoras e laicas, defendidas pelo Movimento da Escola Nova. Desde a fundação desta instituição, seus

³ Em meados do século XIX, a Igreja Católica organizou a ação eclesiástica com base na política ultramontana, recuperando dogmas e práticas religiosas. O termo tem sua origem no século XIII referindo-se aos papas escolhidos pela Cúria Romana, localizada além dos Alpes. Nos limites dessa pesquisa será dado um maior destaque às propostas que envolviam a atuação da intelectualidade na concretização desse projeto

integrantes preocuparam-se com as questões educacionais, considerando-as essenciais para a formação católica do indivíduo. Caberia, portanto, aos professores essa tarefa moralizadora. Se a educação constitui a base fundamental das propostas do CEB, sua orientação política assentava-se nas idéias autoritárias.

Esse posicionamento político pode ter sido influenciado pelas críticas da Igreja Católica às idéias liberais e socialistas. Lembramos que o período estudado é marcado pelo enfraquecimento das idéias democráticas e dos valores e instituições liberais nos países ocidentais. Com a crise do liberalismo, nos anos 1920 e 1930 as tendências conservadoras e autoritárias se manifestaram em várias partes do mundo.

Um outro aspecto do projeto intelectual do CEB, que procuramos ressaltar, diz respeito à sua preocupação com questões relativas à formação da identidade regional. Durante as décadas de 1920 e 1930, como, aliás, ocorreu desde o final do século XIX, grande número de intelectuais brasileiros se outorgaram a responsabilidade da busca das “raízes” nacionais e da construção da brasilidade. Entre os diversos grupos envolvidos com essa proposta, nos limites dessa pesquisa, destacamos o projeto do grupo modernista Nhem Gaçu Verde-Amarelo, pela similaridade de pensamento com os membros do CEB.

Os verde-amarelos transformaram a figura do bandeirante paulista em verdadeiro herói nacional, corajoso, desbravador e formador do território do país. Em concordância com essas idéias, esses pensadores católicos nomearam a sua instituição de Círculo de Estudos “Bandeirantes” e se autodenominaram “bandeirantes”, introjetando a heroicidade dos paulistas. Desse modo, a fundação da instituição também foi considerada uma corajosa “bandeira”, no meio anticlerical da cidade de Curitiba.

No Paraná, desde o século XIX e, mais intensamente, nos anos de 1920 e 1930, o Movimento Paranista, que unia historiadores, literatos, pintores e pensadores em geral, tinha por pretensão forjar uma história heróica para o Estado e construir uma identidade regional.

Os pensadores do CEB, em comum acordo com esse Movimento, se propuseram a pensar as raízes de uma regionalidade, enaltecendo fatos e personagens

da história do Paraná. Visando a refletir sobre uma identidade regional, eles se lançaram à busca de identidades.

O projeto intelectual desse grupo era divulgado por meio de uma produção cultural: a Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”.

1.1 O Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB

Em 12 de setembro de 1929 foi fundado em Curitiba, por um grupo de pensadores católicos, o Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB.⁴ A proposta de sua fundação partiu de um recém chegado de Paris, o Pe. Luís Gonzaga Miele que, ao lado de José Loureiro Ascenção Fernandes e José Farani Mansur Guérios, lançou-se nesse empreendimento.

Entre os membros do CEB, a personalidade do Pe. Miele era relembrada com orgulho e estima, e eram gratos pela sua iniciativa de fundar a instituição. Nas comemorações do vinte anos da instituição, Liguarú Espírito Santo afirmou:

Somente a compleição intelectual e moral de um Padre LUIZ GONZAGA MIELE, modelo do cidadão e do patriota, hércules do pensamento, brilhante talento, inteligência invulgar servida por aprimorada cultura geral e filosófica, mestre insigne da mocidade, jornalista e poeta de pena fulgurante e de estilo inconfundível, incisivo e castiço, orador notável entre os mais notáveis, mas, sobretudo, Sacerdote de Cristo: conhecedor profundo das cumiadas e dos abismos do espírito humano, formado na escola do grande São Vicente de Paulo, - somente um atleta do Bem e um apóstolo da divina Caridade, da estatura de um Padre MIELE, ousaria esta “entrada” pelo inóspito sertão do egoísmo, do utilitarismo e da mediocridade, características de épocas de crise e de decadência.⁵

Nesse encontro inicial, em março de 1929, os três idealizadores resolveram formar um centro de cultura, similar a outros do país e do exterior, espaço onde discutiriam temas variados sobre questões intelectuais e morais.

⁴ Desde a sua fundação, o CEB foi mantido financeiramente pelas contribuições dos sócios, tanto com o pagamento da “jóia”, para ingressar na instituição, como pelas mensalidades e anuidades. Os sócios são dispensados do pagamento da mensalidade, apenas em casos excepcionais, ou se permanecessem ausentes de Curitiba por mais de três meses. Estatutos do Círculo de Estudos “Bandeirantes”, 1935.

⁵ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Revmo. Padre Luiz Gonzaga Miele, o idealizador do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n. 4, set. 1949, p. 552/3.

Para a fundação da instituição foram convidados os intelectuais da cidade, no entanto, apenas dez compareceram às reuniões preparatórias, realizadas entre julho e agosto do mesmo ano, que, unidos ao Pe. Miele tornaram-se os sócios fundadores: Antônio Rodrigues de Paula, Benedicto Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Netto, Carlos Araújo de Britto Pereira, José Farani Mansur Guérios, José Loureiro Ascensão Fernandes, José de Sá Nunes, Liguarú Espírito-Santo, Pedro Ribeiro Macedo da Costa e Waldemiro Augusto Teixeira de Freitas.⁶

Para esses pensadores, o meio intelectual da cidade era considerado “mediocre”, devido, segundo os mesmos, ao avanço das idéias laicas e anticlericais. Somente um centro de cultura católico, como o CEB, poderia anular essa mediocridade:

Mediocridade da instrução pública, que se dispersa na superfície sem cuidar em descer às profundezas.

Mediocridade do pensar popular que se deixa orientar pelo papel que lê diariamente, sem tomar o trabalho de refletir, aceitando de olhos fechados a opinião já feita por um escriba qualquer, não raro sem consciência⁷

Além de “mediocre”, o ambiente de Curitiba também era comparado com a Babel, pela intensa confusão de idéias, estando ele em crise:

E como sente e vê, que a crise do nosso tempo é crise de consciência e de caráter, - é crise espiritual, - de que a econômica constitui apenas uma das múltiplas facetas, - sonha o sonho lindo de constituir esta colmeia de trabalho intelectual, esta ‘cooperativa de idéias’, no sentido de centralizar esforços e reunir valores esparsos, para o intercâmbio do pensamento orientador das almas, que se devem enrijar na escola do caráter inflexível, do dever e das responsabilidades sociais, em face da anarquia reinante no mundo das inteligências. Pois êle crê na cultura que comunica sabedoria ao homem, crê na ciência que forma a consciência, quando ministra luz para a inteligência e fôrça para a vontade, encorajando-a contra a inércia. (...) transpôr os abismos da injustiça, os tremedais do egoísmo, o cipoal da incoerência, as nevadas calcinantes do egoísmo (...).⁸

⁶ Anexo 2 – Quadro Biográfico dos Sócios Fundadores do Círculo de Estudos “Bandeirantes” - CEB.

⁷ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. O Círculo de Estudos “Bandeirantes” em 25 anos de existência. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954, p. 750. Nessa parte do discurso, Liguarú Espírito Santo relembrou as palavras do Pe. Miele, quando da fundação da instituição.

⁸ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Revmo. Padre Luiz Gonzaga Miele, o idealizador do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n. 4, set. 1949, p. p. 552/4. Nessa parte do discurso, Liguarú Espírito Santo relembrou as palavras do Pe. Miele, quando da fundação da instituição.

Em face de um ambiente de “crise de consciência e de caráter”, de “anarquia das inteligências”, numa sociedade “injusta, incoerente, egoísta e agnóstica,” os fundadores do CEB sentiram-se carentes de um espaço onde pudessem expor e discutir suas idéias católicas. Para esses pensadores, a instituição representaria o local ideal de resistência a esse ambiente e de onde contribuiriam para a recristianização do meio intelectual.

Ergue-se o Círculo de Estudos visando a formação intelectual dos seus membros, desfazendo preconceitos, resolvendo dúvidas, respondendo consultas, esclarecendo, enfim, e armando os seus sócios para as conquistas pacíficas da verdade, condição da firmeza do caráter. Nesta quadra de irresolutos e tímidos, visa o Círculo de Estudos “Bandeirantes” formar homens de *convicção*.⁹

Para atingir esse objetivo de recristianizar a intelectualidade, os pensadores do CEB possuíam duas propostas complementares. Primeiramente, se dedicaram ao desenvolvimento intelectual dos seus membros, por meio das reuniões semanais, do Curso de Filosofia e da organização da biblioteca. Por essa atuação, entre os seus membros, a instituição era vista como um “Instituto Universitário” ou um “Instituto de Extensão Universitária”.

A segunda proposta consistiria em disseminar os pressupostos católicos defendidos pela instituição junto à população curitibana, por meio das sessões extraordinárias e da revista da instituição.

Nas reuniões semanais eram apresentados trabalhos com temas diversos, reflexo da formação de seus membros, englobando filosofia, educação, política, lingüística, psicologia e antropologia. Na maioria delas aconteciam as palestras bibliográficas, propostas pelo sócio Mário Braga Abreu, que consistia na apresentação crítica de uma obra.

Essas reuniões semanais eram vistas como o espaço ideal para a formação intelectual e moral de seus sócios. O Curso de Filosofia e a organização da biblioteca,

⁹REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Discurso. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939, p. 107. Nesse artigo Manuel Lacerda Pinto relembrou as palavras do Pe. Miele, quando a instituição foi fundada.

cujo acervo foi formado basicamente pelas ofertas dos sócios, também colaborariam para essa formação.

As sessões extraordinárias eram realizadas nas dependências do CEB ou em outras instituições, como o Clube Curitibano, a Universidade do Paraná, o Colégio Santa Maria e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Nessas sessões os membros do CEB tornaram públicas suas idéias, convidando a elite da cidade e personalidades de destaque, para expor os trabalhos e os ideais da instituição.¹⁰

Desde a fundação da instituição os responsáveis pelo CEB preocuparam-se com a construção de sua sede social, vista como o caminho ideal para a constituição da biblioteca e a estabilidade da instituição, proporcionando o desempenho de sua função cultural.¹¹

Em 1942, o interventor Manoel Ribas, por parte do Governo do Estado, fez a doação de um terreno na Rua XV de Novembro n. 1050, onde até hoje está localizada a instituição, para a construção da sede, que foi inaugurada em julho de 1945.

Os empréstimos sem juros concedidos pela União Brasileira de Educação e Ensino, pertencente aos Irmãos Maristas, e as doações de comerciantes e industriais locais,¹² que revelam o prestígio social de seus membros, foram fundamentais para a construção do prédio, também utilizado para o desenvolvimento das atividades de diversas instituições locais, entre elas: o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, a Escola de Serviço Social do Paraná, a Associação Farmacêutica do Paraná, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, a Juventude Universitária Católica e o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia

¹⁰ Entre os convidados para as reuniões na instituição podem ser destacados: Manoel Ribas, Interventor do Estado e o Arcebispo Dom João Francisco Braga, Marcel Godefroid, então cônsul da Bélgica e o professor Curt Lange, musicólogo e publicista uruguaio.

¹¹ Até 1938 o CEB desenvolveu suas atividades no porão da residência do casal Loureiro Fernandes, na Rua José Loureiro n. 20, denominado pelos seus membros de “catacumbas”, nome alusivo à dificuldade cristã em prosperar. Entre 1938 e 1946 mudou várias vezes de sede, sempre alugada, até estabelecer-se definitivamente à Rua XV de Novembro n. 1050.

¹² As empresas que mais colaboraram com a construção da sede da instituição são: Leão Júnior & Cia. Ltda, Mueller Irmãos Ltda, Emilio Romani & Cia, José Lupion & Cia, Banco do Brasil S.A., Hermes Macedo & Cia e Banco do Estado do Paraná.

da Universidade do Paraná.¹³ O CEB acreditava, desse modo, estar contribuindo para o desenvolvimento da cultura e para o futuro intelectual do Paraná.

As revistas da instituição, a Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”, eram o contato mais eficiente entre o CEB e outras instituições.

Além dessas atividades ligadas diretamente à instituição, o CEB envolveu-se com a formação de educadores participando de um grande projeto educacional. Em 1938 colaboraram na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, atualmente agregada à Universidade Federal do Paraná.

Ainda na década de 30, a instituição foi reconhecida como de utilidade pública por lei federal (Decreto Federal n. 31144, de 11 de outubro de 1938) e em 1988 por lei estadual (Lei Estadual n. 8879, de 6 de outubro de 1988).

Como já mencionamos anteriormente, os anos de 1930 até meados de 1940, assim, foram os mais produtivos desse grupo, as reuniões semanais e as sessões extraordinárias eram constantes e a revista da instituição possui vários números. Como também seus sócios participaram ativamente do meio político, social e intelectual da cidade.

A partir da década de 50 sua influência social e sua produção cultural declinaram consideravelmente, levando o CEB ao anonimato. As reuniões da instituição foram reduzidas até praticamente extinguir-se na década seguinte, quando passaram a acontecer apenas entre os membros da Diretoria, de forma não regular. Com relação às revistas, foram publicados apenas dois números, 1954 e 1956.

Nos anos de 1960, 1970 e 1980 a atuação do CEB foi praticamente inexistente. A partir de 1988, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, se encarrega de sua manutenção. Nessa nova fase é resgatado um de seus objetivos iniciais: a contribuição para o crescimento intelectual e cultural do estado, incentivando a realização de conferências e palestras em sua sede, sendo divulgadas na revista da instituição, que volta a ser publicada.

¹³ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. O Círculo de Estudos “Bandeirantes” em 25 anos de existência. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954, p. 768. Nesse discurso Liguarú Espírito Santo lembrou a atuação da instituição ao ser fundada.

Contribuindo, ainda, para esse crescimento, o CEB disponibiliza o seu acervo, de mais de vinte mil volumes, incluindo documentos manuscritos e obras raras, algumas datadas do século XVIII, para consultas e pesquisas. No entanto, essa documentação não está catalogada, o que dificulta a localização das obras.

A instituição, então, passa a ser vista como uma ampliação da universidade, pelo fato de sua atuação estar restrita a professores, alunos e funcionários. Caberia, portanto, ao CEB estender sua atuação em direção à comunidade.¹⁴

Incorporado à universidade, o CEB guarda seu perfil católico, que o acompanha desde a sua fundação.

Apesar de não possuir o mesmo destaque dos anos 30 e 40, a instituição ainda preocupa-se com a formação intelectual e moral da sociedade curitibana, buscando o mesmo prestígio social de anteriormente.

1.2 A Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”

As principais fontes de pesquisa para o presente estudo serão os livros-atas das reuniões semanais dos sócios, das reuniões de Diretoria¹⁵ e as Revistas do Círculo de Estudos “Bandeirantes”¹⁶, as quais fornecem a matéria-prima para a recuperação do projeto intelectual desse grupo. Nelas publicou-se as exposições mais instigantes e de maior destaque debatidas nas reuniões da instituição, nas sessões extraordinárias, ou ainda, artigos escritos exclusivamente para a sua publicação. Esses textos apresentam um amplo leque de assuntos. Seleccionamos, assim, os mais pertinentes, relacionados ao tema da pesquisa.

¹⁴ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Nova fase do Círculo. Curitiba: Educa – Editora Universitária Champagnat, n. 1, maio 1988, p.3.

¹⁵ São cinco os livros-atas consultados. Um referente às reuniões de diretoria no período de agosto de 1929 a abril de 1950. Os outros quatro, são livros-atas referentes às reuniões semanais dos sócios do CEB: Livro-ata nº 1 de setembro/1929 a maio/1931, Livro-ata nº 2 de maio/1931 a novembro/1934, Livro-ata nº 3 de novembro/1934 a outubro/1941, Livro-ata nº 4 de outubro/1941 a junho/1963.

¹⁶ Não foi localizado nenhum registro sobre o preço das revistas.

As revistas apresentam uma estrutura similar entre os números. A maioria delas possui uma espécie de “apresentação” destacando os objetivos da instituição e da própria revista.

Além da “apresentação” e dos artigos, uma coluna de autoria de Francisco Negrão, denominada “Ephemérides Paranaenses”, relaciona fatos históricos de diversos anos, agrupados pelo dia do mês. Alguns exemplares da revista também possuem a “Secção de Documentos”, onde são reproduzidas cartas e outros documentos, inclusive manuscritos, existentes no arquivo da instituição.

O primeiro número da revista foi lançado em 1934. A princípio, os membros do CEB pretendiam uma publicação anual, o que aconteceu até 1939, mas por motivos financeiros, a revista não foi editada com essa regularidade. Após o número de 1939 houve a publicação de, apenas, mais cinco exemplares.

Entre os membros do CEB a revista daria continuidade ao plano de ação da instituição, sendo considerada fundamental para a concretização de seus objetivos, José Loureiro e José Farani Mansur Guérios afirmaram:

São suas páginas destinadas não só a estudos científicos, históricos e literários contemporâneos, como também à reprodução de valiosos trabalhos antigos e documentos referentes ao Paraná. Tornar-se-ão, assim, um meio eficiente ao intercâmbio cultural do Círculo de Estudos com os diversos núcleos intelectuais e instituições oficiais do País.¹⁷

A revista, que era distribuída entre os sócios, estabeleceu uma relação cultural fora de Curitiba, sendo permutada com outras instituições nacionais e de outros países: “restava ainda para a perfeita realização dos objectivos do C.E.B. a publicação de uma revista que, permitindo intensificar o intercâmbio com outros centros culturais do País, contribuisse para maior divulgação dos estudos nacionaes entre as várias unidades da Pátria Brasileira”.¹⁸

As principais instituições que mantinham contato com o CEB eram: a Faculdade de Direito de São Paulo, Institutos Históricos e Geográfico – do Rio de

¹⁷ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. “Apresentação”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.1, set. 1934, p. I.

¹⁸ Idem, p. III.

Janeiro, de São Paulo, da Bahia, do Amazonas, do Pará, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul – o Museu Nacional, o Arquivo Nacional, o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Imperial de Petrópolis, a Revista Marítima Brasileira, a Revista Militar Brasileira, a Academia Matrogrossense de Letras, a Faculdade de Direito do Recife, o Arquivo Municipal de São Paulo, a Academia Nacional de História de Caracas, a União Pan Americana de Washington, o Instituto de Investigaciones Históricas de Buenos Aires, a Academia de Ciências e Letras de Lisboa, a Academia Portuguesa da História, o Instituto de Estudios Superiores Del Uruguay, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre outras.¹⁹

Não conseguimos apurar a tiragem da revista que, embora fosse distribuída a inúmeras instituições, não atingia um grande número de pessoas em Curitiba.

A partir de 1988, quando a PUC-PR torna-se a mantenedora da instituição, a revista passa a ser publicada rigorosamente anualmente.

O perfil da revista, nessa nova fase da instituição, é similar às anteriores, a publicação de artigos versa sobre temas diversificados. A inovação está em divulgar as palestras, conferências e pesquisas realizadas nas dependências da instituição. Divulgando suas atividades culturais, o CEB visa expandi-las.

1.3 Intelectuais: uma discussão conceitual

Estudar uma instituição de caráter intelectual pressupõe questionar o perfil de seus “intelectuais”. Como apreender o sentido do intelectual no contexto cultural brasileiro?

Convém assinalar que o substantivo intelectual surgiu na língua francesa somente no final do século XIX. Antes dessa data, a palavra “intelligentsia” já era utilizada, em meados desse mesmo século, na Rússia para designar uma classe de pensadores que exerciam uma atividade intelectual.

¹⁹ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. O Círculo de Estudos “Bandeirantes” em 25 anos de existência. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954, p. 766. Nesse discurso Liguarú Espírito Santo lembrou a atuação da instituição ao ser fundada.

O conceito intelectual comporta diversas acepções. Antonio Gramsci é um dos que discutem o seu sentido. O contexto histórico italiano em que Gramsci formulou sua teoria, segundo Máximo,²⁰ inovou o conceito de intelectual.

Gramsci²¹ divide os intelectuais em tradicionais e orgânicos. Os primeiros são os que agem com o auxílio de formas de consciência “cristalizadas” na memória social, defendendo normalmente os interesses de grupos sociais tradicionais e preservando uma estrutura cultural. Os eclesiásticos fariam parte desse grupo pelo fato de, durante muito tempo, terem monopolizado a educação e a justiça.

Os intelectuais “orgânicos” representariam um grupo social em ascensão, possuindo um projeto para o estabelecimento hegemônico desse grupo. Gramsci utiliza esse termo, partindo do pressuposto de que todas as classes sociais possuem intelectuais responsáveis por transmitir as idéias e interesses da classe a que pertencem.

Na França, no final do século XIX, o substantivo “intelectual” apareceu pela primeira vez, no *Manifeste des intellectuels*, considerado o “registro de nascimento” do termo, publicado no jornal *L’Aurore Littéraire, Artistique, Sociale*, em 14 de janeiro de 1898. Nesse manifesto, Zola, Halévy, France, entre outros, exigiam a revisão do processo Dreyfus.²²

A retomada desse processo revelou dois grupos antagônicos: os *antidreyfusards* e os *dreyfusards*. Os primeiros, conservadores e tradicionais, eram nacionalistas e utilizam o termo “intelectual” de forma pejorativa e irônica para designar o grupo oposto, os *dreyfusards*, que eram progressistas e defendiam princípios universais, como a verdade e a justiça.

²⁰ MAXIMO, A. C. **Os intelectuais e a educação das massas**. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 70.

²¹ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 16.

²² O capitão do exército francês, Alfred Dreyfus, foi acusado de traidor da pátria e condenado ao desterro. O serviço de contra-espionagem forjou documentos que o acusaram de fornecer informações aos alemães. Na verdade o oficial traidor era outro, mas pelo fato de Dreyfus ser de origem judia, o preconceito racial teve maior influência na condenação.

O Caso Dreyfus, assim, revelou dois pólos de valores distintos: o universalista e o nacionalista, que no século XX representariam do ponto de vista político a divisão simbólica entre esquerda e direita.

A partir de então, no contexto histórico francês do século XIX, o termo intelectual passou a designar uma vanguarda cultural e política que desafiava a razão do Estado, possuindo como função social a defesa dos valores universais. Intervindo no “espaço público”, por meio de manifestos, artigos em jornais e revistas, os intelectuais franceses assumem uma função moral e política.²³

Ainda sobre o questionamento em torno dos intelectuais, podemos citar o estudo de Norberto Bobbio.²⁴ Segundo esse autor, a presença social, política e cultural do intelectual é inquestionável. A questão é como conceituar o trabalho intelectual ou diferenciá-lo de outro trabalho, ou ainda, qual seria a função social e política exercida pelos intelectuais?

Os intelectuais podem ser entendidos como os sujeitos do discurso, que elaboram e transmitem conhecimentos, teorias, concepções de mundo ou opiniões. A abrangência desse conceito, segundo Bobbio, não pode englobar todos os trabalhadores não manuais e não pode se limitar aos intelectuais mais consagrados publicamente. Assim, o intelectual “é alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas idéias”.²⁵

Bobbio analisa a relação dos intelectuais com o poder político, que segundo ele, seria uma relação entre duas formas de poder. Ao tratar-se do poder político, não pode ser pedido que o intelectual mantenha-se neutro ou que se coloque ao lado do poder político dominante. Cabe a ele solidarizar-se com o poder político se julgá-lo justo e criticá-lo se não aprová-lo, tornando-se assim eficaz na sociedade em que é cidadão.

²³ SILVA, H. R. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002, p. 16.

²⁴ BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997, p. 11/2.

²⁵ Idem, p. 68.

Dessa forma, o conceito de intelectual pode designar uma atitude, mas também um comportamento e uma maneira de se posicionar no mundo. Segundo Rodrigues da Silva,²⁶ diferentes épocas fornecem modelos distintos de representação do intelectual.

Considerando as afirmações acima, a questão é de saber: como esse conceito foi incorporado à realidade nacional, ou então, adaptado às especificidades do Brasil? Tentaremos entender por que os pensadores do CEB se autodenominaram intelectuais.

Entre os autores que estudam o tema da intelectualidade no Brasil, podemos citar Sérgio Miceli, Daniel Pécaut, Mônica Velloso e Simon Schwartzman.

Miceli²⁷ utiliza como principais fontes de pesquisa as memórias e as biografias de literatos, cronistas, poetas e romancistas analisadas de forma comparativa, construindo a história pessoal e recuperando as estratégias familiares para o seu estudo sobre os intelectuais.

A partir do perfil familiar, Miceli propõe uma sociologia dos intelectuais considerando a dinâmica político-cultural e, de forma mais geral, reconstitui a gênese e operação do campo intelectual no país.

Numa perspectiva diferenciada de Miceli, Daniel Pécaut utiliza o termo “intelectuais” vinculado à constituição do político, priorizando a sua atuação na militância política. Associa, ainda, ao termo o reconhecimento e a produção social, numa determinada sociedade e momento. Segundo ele, “intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal”.²⁸

Pécaut esclarece que, no contexto histórico específico do Brasil, os intelectuais, entre os anos 1925 e 1940, estavam preocupados com o problema da construção da identidade nacional, preocupação esta partilhada pelo Estado. Nesse período, muitos intelectuais simpatizavam com os movimentos autoritários, como Alberto Torres e Oliveira Viana, por exemplo, afirmando que as idéias iluministas, liberais e democráticas eram importadas e não se adaptavam ao Brasil.

²⁶ SILVA, H. R. Op. Citada, p. 14.

²⁷ MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁸ PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p. 11.

No entanto, é importante destacar que, na primeira metade do século XX, muitos intelectuais simpatizavam com as propostas comunistas, envolvendo-se na formação de partidos como a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista Brasileiro.

Mônica Velloso²⁹ também direciona suas análises para o estudo dos intelectuais. No final do século XIX, a intelectualidade outorgava-se o direito de se manter em distância da sociedade, refugiando-se no mundo das idéias, como se estivesse numa “torre de marfim”. Ali, contemplaria e refletiria sobre o mundo sem nenhum envolvimento direto com as lutas sociais. No início do séc. XX alguns intelectuais assumiram uma posição mais crítica, principalmente frente ao Estado.

Na década de 30, grande parte dos chamados intelectuais abandonaram suas posições oposicionistas ou marginalizadas, passando a direcionar a sua atuação para o âmbito do Estado, propondo-se a colaborar com a representação da idéia de nação. O presidente Getúlio Vargas, afirma Velloso, foi considerado o tutor dos intelectuais, tendo-os como fiéis colaboradores do Estado, responsáveis por unir o povo ao governo.³⁰

E concordando com Pécaut, Velloso afirma que, desde o final do século XIX os “intelectuais brasileiros” se deram por missão a busca das raízes nacionais. O ideal de brasilidade torna-se o centro das preocupações dos intelectuais, que acreditavam estar mais preparados para melhor conhecer o Brasil.³¹

Assim, segundo Velloso, a estrutura patriarcal, autoritária e o grande número de analfabetos, forjariam uma representação dos intelectuais associada a uma minoria, a uma camada esclarecida. Eles acreditariam possuir a responsabilidade de falar em nome dos destituídos, tendo a capacidade de discernimento e expressão, distinguindo-se do conjunto da população. Os intelectuais estariam marcados pelo estigma da

²⁹ VELLOSO, M. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. Revista de Sociologia e Política, Depto. Ciências Sociais / UFPR, Curitiba, nº 9, 1997.

³⁰ Idem, p. 61.

³¹ Idem, p. 58.

“diferença”, sendo “designados para o exercício de alguma função e missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica.”³²

Já Simon Schwartzman³³ analisa a atuação dos intelectuais em projetos culturais e educacionais durante as gestões de Francisco Campos e Gustavo Capanema (1930-1945), no Ministério da Educação. O foco central de sua análise é a relação entre o governo Vargas e a Igreja católica, privilegiando a relação entre Capanema e Alceu Amoroso Lima, um dos principais líderes da intelectualidade católica.

Ora, o termo intelectual, no Brasil, designa uma categoria social que se distingue pela instrução. Possuindo uma certa notoriedade, os chamados intelectuais pretendem ter uma influência nos debates públicos. Nos anos de 1920 a 1940, esse grupo, constituído por professores, escritores e profissionais liberais, se auto-atribuiu a tarefa de pensar a construção de uma identidade nacional e regional. Será a partir dessa concepção de uma “missão” que os membros do CEB se autodenominam “intelectuais”.

No momento da fundação do CEB, em 1929, as faculdades e universidades no Brasil eram raras e o número de estudantes, evidentemente, insignificante. A população paranaense, à imagem do resto do Brasil, apresentava um alto índice de analfabetos.³⁴

Os fundadores do CEB, membros da elite intelectual, faziam parte de academias e de centros regionais, nacionais e internacionais, como a Academia Paranaense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e o Inter American Bibliographical and Library Association, entre outras instituições e colaboraram em jornais como, por exemplo, “Gazeta do povo” e “Diário da Tarde” e revistas, entre elas, “A Cruzada”. Essa elite pensante participou ativamente da vida cultural do estado e do país.

³² Idem, p. 57/60.

³³ SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H.M.B. COSTA, V.M.B. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

³⁴ Em 1920, 60% da população paranaense com 15 anos ou mais, não sabiam ler e escrever. Em 1940 esse percentual reduzia para 51%. Relatório do Interventor Manuel Ribas, do ano de 1932 a 1944. Citado por WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH, 1988.

2 O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DO CEB

2.1 Movimento Ultramontano

A partir de meados do século XIX, o termo ultramontanismo pressupõe o reconhecimento do papa como autoridade espiritual total, que centraliza o poder eclesiástico em sua figura. Essa liderança se manifesta na resistência ao mundo liberal e moderno.

Esse “mundo moderno” era o nome genérico dado pela Igreja às transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas a partir das revoluções industriais e seu impacto sobre os valores, até então dominantes, o que provocou uma secularização da sociedade. As descobertas científicas explicariam e conceberiam o mundo com base nas ciências naturais e os novos conhecimentos resultariam da racionalidade e da experimentação. A realidade passava a ser explicada sem a presença de Deus e da fé, levando a construção de uma sociedade leiga, liberal e independente da Igreja.

Contra a chamada “modernidade”, que abalou, a partir do século XVIII, os fundamentos da religião e abriu espaço para a laicização do Estado, a Igreja passou a defender os valores conservadores, criticando a política liberal e capitalista, combatendo as idéias socialistas e anarquistas. Contrária também à biologia evolucionista e às experimentações científicas, a Igreja considerava-as como desviantes das criações divinas. Em síntese, ela adotava uma postura deliberadamente antiliberal e antimodernizante.

A partir do papa Pio IX, que representa o triunfo da centralização romana e o apogeu do ultramontanismo, e dos seus sucessores, Leão XIII, Pio X, Pio XI e Bento XV, a Igreja Católica pretendia recuperar e manter seu poder na nova sociedade em transformação, principalmente por meio da educação e da comunicação na imprensa.

O pontificado de Pio IX (1846-1878) se desenvolveu no período de avanços e consolidação das teorias evolucionistas e dos livres-pensadores, que assumiam uma postura anticlerical e secular, posicionando-se a favor da separação entre a Igreja e o Estado.

Nesse contexto, Pio IX lançou a encíclica *Quanta Cura* (1864) acompanhada de oitenta proposições - o *Syllabus errorum* - que representam o ponto culminante do

ultramontanismo. O liberalismo era visto como o mal do século, e o naturalismo, o racionalismo e o socialismo eram considerados como inimigos:

condenamos os erros principais de nossa época tão desgraçada, excitamos vossa exímia vigilância episcopal, e com todo Nosso poder avisamos e exortamos a Nossos caríssimos filhos para que abominassem tão horrendas doutrinas e não se contagiassem delas, (...) condenamos as monstruosas opiniões que, com grande dano das almas e detrimento da própria sociedade civil, hoje em dia imperam; erros que não só tratam de arruinar a Igreja católica, com sua saudável doutrina e seus direitos sacrossantos, mas também a própria eterna lei natural gravada por Deus em todos os corações e ainda a reta razão. São esses os erros, dos quais se derivam quase todos os demais.(...) o ímpio e absurdo princípio chamado de naturalismo (...) e o funestíssimo erro do comunismo e socialismo. (...) Portanto, todas e cada uma das perversas opiniões e doutrinas determinadamente especificadas nesta Carta, com Nossa autoridade apostólica as reprovamos, proscrevemos e condenamos; e queremos e mandamos que todas elas sejam tidas pelos filhos da Igreja como reprovadas, proscritas e condenadas.³⁵

Contra esse contexto do século XIX, de industrialização, de urbanização e de avanço das idéias racionalistas do iluminismo, Pio IX retornou aos valores da Idade Média, defendendo uma ordem econômica, política e cultural superada, enaltecendo a fé e as verdades reveladas, em detrimento da ciência e da razão. Para isso, ele recuperou o pensamento tomista, doravante denominado de neotomista. A filosofia neotomista é a recuperação do pensamento medieval de São Tomás de Aquino, que uniu o caráter racionalista da filosofia aristotélica à fé cristã.

Seu sucessor, Leão XIII (1878-1903), conforme a encíclica *Aeterni patris* (1879), ainda mantinha como base de todo o seu pensamento os ensinamentos de Tomás de Aquino:

Entre os doutores escolásticos brilha grandemente Santo Tomás de Aquino, (...) suas doutrinas, como membros dispersos de um corpo, reuniu, congregou e depôs com ordem admirável, e de tal modo as acrescentou com novos princípios, que com razão e justiça tem o singular apoio da Igreja Católica (...) É um eco constante que quase todos os fundadores e legisladores das ordens religiosas mandarão seus companheiros estudar as doutrinas de Santo Tomás, e aderir a elas religiosamente.³⁶

³⁵ IGREJA CATÓLICA. Papa (1846-1878: Pio IX) **Quanta cura** e o sílabo: sobre os erros do naturalismo e liberalismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1951. 26 p.

³⁶ IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII) **Aeterni patris**: sobre a filosofia cristã. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_sp.html>. Acesso em 08.04.2003.

No entanto, as encíclicas *Immortale Dei* (1885)³⁷ e *Rerum Novarum* (1891)³⁸ representaram um avanço, já que o Papa, diferenciando-se de seu antecessor, assumiu uma postura menos condenatória ao mundo moderno e ao capitalismo, enfatizando que a liberdade, principalmente a de consciência, fosse respeitada. Na encíclica *Rerum Novarum* as questões sociais e a classe do operariado, tornaram-se objeto de preocupação.

Já Pio X (1903-1914) aproximou-se de Pio IX, criticando a democracia, o modernismo e as doutrinas socializantes. Recuperando a filosofia tomista, ele reforçava a mentalidade conservadora e reimplantava valores de ordem e de autoridade, em oposição à liberdade do mundo moderno:

os modernistas (tal é o nome com que vulgarmente e com razão são chamados) com astuciosíssimo engano costumam apresentar suas doutrinas não coordenadas e juntas como um todo, mas dispersas e como separadas umas das outras. (...) Se, pois, de uma só vista de olhos atentarmos para todo o sistema, a ninguém causará pasmo ouvir-Nos defini-lo, afirmando ser ele a síntese de todas as heresias.(...) No que se refere aos estudos, queremos em primeiro lugar e mandamos terminantemente, que a filosofia escolástica seja tomada por base dos estudos sacros. (...) O que importa saber, antes de tudo, é que a filosofia escolástica, que mandamos adotar, é principalmente a de Santo Tomás de Aquino. (...) Fundamentada assim a filosofia, sobre ela se erga com a maior diligência o edifício teológico.³⁹

Bento XV (1914-1922), o sucessor de Pio X, assumiu o pontificado durante a Primeira Grande Guerra. Sua primeira encíclica, *Ad Beatissimi*⁴⁰, pedia o fim do conflito e afirmava existir um “mal” maior, causador da guerra. Esse “mal” seria a ausência da fé cristã como orientadora do governo dos Estados, a qual garantiria a estabilidade e tranqüilidade para a população.

³⁷ IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903 : Leão XIII). **Immortale Dei**: sobre a constituição cristã dos estados. Petrópolis: Vozes, 1946. 30 p.

³⁸ IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII) **A doutrina social da igreja**. São Paulo: Dominus, 1963. 181 p.

³⁹ IGREJA CATÓLICA. Papa (1903-1914: Pio X) **Pascendi dominici gregis**: sobre as doutrinas modernistas. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1952. 70 p.

⁴⁰ IGREJA CATÓLICA. Papa (1914-1922: Bento XV). Encyclique **Ad beatissimi** Apostolorum. Paris: [s.n.], 1914. 38 p.

Nessa encíclica, Bento XV, seguidor de Pio X, criticava o modernismo e o socialismo, denominando-os de “erros modernistas e socialistas”. Como resistência a esses erros, orientava os católicos a promover associações e congressos.

No pontificado de Pio XI (1922-1939) foi intensificado o movimento da Ação Católica⁴¹, aberto oficialmente pela encíclica *Il fermo proposito*⁴² de Pio X. Esse movimento, desdobramento do ultramontanismo, tinha como objetivo a “colaboração de não clérigos com o apostolado hierárquico”. Esse apostolado tinha por missão reconduzir à fé cada indivíduo, como também criar um organismo social, político e econômico baseado na doutrina da Igreja Católica.

A ação católica simbolizava uma nova etapa na história da Igreja, e a presença de leigos deveria ser decisiva no movimento, constituindo, muitas vezes, uma militância católica independente da hierarquia da Igreja.

No Brasil, segundo Marchi, por meio do trabalho consistente e dinâmico da ação católica, a Igreja obteve os resultados mais expressivos da política ultramontana, durante os anos 1920, conquistando uma maior participação no meio educacional e divulgando grande número de jornais católicos.⁴³

Outra iniciativa restauradora da Igreja foi a assinatura por parte de Pio XI do Acordo de Latrão⁴⁴ com o governo de Mussolini. Sem dúvida, o fascismo na sua

⁴¹ O movimento da ação católica teve início ainda no séc. XIX, com a organização de católicos militantes em defesa dos princípios da Igreja. A partir do séc. XX essa iniciativa deixou de ser dos leigos e passou a ser controlada diretamente pela hierarquia da Igreja. FERRARI, L. “Ação católica”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 9/10.

⁴² IGREJA CATÓLICA. Papa (1903-1914: Pio X) **Il fermo proposito**: sobre os fundamentos da ação católica. 2 ed Petrópolis: Vozes, 1951. 26 p.

⁴³ MARCHI, E. **A Igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese de doutorado: USP, 1989, p. 249 e 280.

⁴⁴ Por este acordo o estado fascista de Mussolini afirmou que a religião católica era a única, que a Santa Sé possui “soberania” no campo internacional, que o Vaticano era um estado neutro e que a pessoa do papa é inviolável, entre outras medidas. Na segunda parte do Acordo, a Concordata, o Estado concede privilégios à Igreja, como, por exemplo, o reconhecimento civil dos graus acadêmicos dos institutos eclesiásticos e das escolas católicas, mediante contrapartidas, entre elas, o juramento de lealdade dos Bispos ao Chefe de Estado e a proibição de eclesiásticos militarem em partidos políticos. CASALI, A. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 85/6.

oposição à democracia, ao liberalismo e à maçonaria, buscava uma aproximação com a Igreja Católica. Por esse acordo, a Itália reforçava a religião católica (a única do Estado), a pessoa do papa (inviolável) e o ensino religioso (obrigatório nas escolas elementares).

Ainda em 1929, Pio XI lançou a encíclica *Divini Illius Magistri*⁴⁵, na qual afirmava que a única educação adequada deveria ser a cristã, baseando-se, para tanto, em argumentos teológicos que se intercalam com citações de algumas passagens da bíblia.

Sob orientação dessa encíclica realizou-se em São Paulo, o Primeiro Congresso de Educação do Centro D. Vital, em 1931, no qual se discutiram teses e teorias educacionais objetivando o avanço do catolicismo nessa área estratégica.⁴⁶

2.1.1 Ultramontanismo no Brasil

Desde a separação entre a Igreja e o Estado, com a proclamação da República e a Constituição de 1891, espelhada na norte-americana e segundo os princípios do laicismo⁴⁷, a Igreja Católica perdeu progressivamente sua influência, tanto política, como cultural, aderindo, incondicionalmente, à política ultramontana e ao controle do Vaticano. A partir de então, preocupou-se com a instrução do corpo clerical em sua formação moral e intelectual, com o objetivo de restabelecer seu prestígio e poder.

De acordo com a proposta de restauração da Igreja irradiada de Roma, entre 1880 e 1930, chegaram ao Brasil mais de trinta ordens religiosas e mais de noventa congregações femininas, que se envolveram, em sua maioria, com a educação. Como

⁴⁵ IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI) *Divini Illius Magistri*: sobre a educação cristã da juventude. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1950. 43 p.

⁴⁶ CASALI, A. Op. Citada, p. 109.

⁴⁷ O termo laicismo, quando associado à cultura, afirma a livre busca de verdades relativas, mediante o exame crítico e o debate. Quando ligado ao Estado, assume o significado contrário de Estado confessional, ou seja, o laicismo é incompatível com qualquer regime que pretenda impor aos cidadãos uma religião de Estado. No Brasil, o Estado laico teve início com a república e a Constituição de 1891, quando acontece a separação entre Igreja e Estado. ZANONE, V. "Laicismo". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Op. Citada, p. 670/674. MARCHI, E. Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. **História: questões e debates**, v. 10, n. 18/19, jul./dez. 1989.

também, foi estimulada a realização de congressos católicos, orientando a fundação de escolas, faculdades e universidades católicas.⁴⁸

Assim, realizou-se, o Primeiro Congresso Católico Brasileiro direcionado para os leigos, no ano de 1900, em Salvador, para comemorar o IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Nele a fundação de escolas católicas era incentivada para impedir o avanço do laicismo no campo do ensino. O Dr. Joaquim Ignácio Tosta, Presidente da Seção “Educação e Instrução” no Congresso, afirmou :

Fundemos escolas católicas, meus senhores, onde a religião de nossos pais se transmita pura e viva aos nossos filhos que serão os futuros servidores da pátria; onde (...) os nossos filhos se façam crentes, sinceros e praticantes, e ao mesmo tempo cidadãos honestos e deedicados à pátria. (...) Não nos iludamos. O futuro da Pátria depende da instrução e educação da mocidade (...). Não consintamos, pela inércia, que os inimigos da Igreja se apoderem estrategicamente do campo do ensino para poderem realizar seus planos.⁴⁹

No ano seguinte, o Primeiro Congresso Diocesano de São Paulo, enfatizava a propagação do catolicismo, via educação e imprensa.⁵⁰

O Segundo Congresso Católico Brasileiro, em 1908 no Rio de Janeiro, sugeriu o estudo do modernismo e do anticlericalismo. A Igreja sentindo-se despreparada frente ao avanço das idéias anticlericais em todo o país transformou esse congresso numa arrancada coletiva em favor do catolicismo. Estimulava, também, a organização da educação católica em todos os níveis, apontando a neutralidade do ensino público, como o espaço ideal para o desenvolvimento de idéias anticlericais:

Conheceis o mal: qual o remédio? A Escola Católica, repetida, disseminada, multiplicada por toda parte em frente da escola do Governo e onde os Governos não têm escola (...). A escola primária católica, o Ginásio ou liceu católico, a Faculdade católica, a Universidade católica – eis a solução! (...) Preparemos, senhores, a escola católica. (...) Ardentíssimos votos faz o Congresso para que em nossa Pátria se institua uma Universidade Católica.⁵¹

⁴⁸ CASALI, A. Op. Citada, p. 74 e 76

⁴⁹ Idem, p. 102

⁵⁰ Idem, p. 103.

⁵¹ Idem, p. 104/5.

Em 1915, os bispos lançaram uma Carta Pastoral coletiva que marcou o ponto de equilíbrio da europeização e da romanização da Igreja brasileira, estabelecendo as bases do catolicismo reformado. Esta Carta reforçava as idéias de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, e D. Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo, responsáveis pela implantação do ultramontanismo no Brasil, desde a primeira metade do século XIX.⁵²

Mas, o principal organizador da ação católica foi D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Cardeal do Rio de Janeiro, tendo o apoio de diversos intelectuais do país, entre eles, e de maior destaque, Alceu Amoroso Lima.⁵³

Em 1916, com base na Carta Pastoral coletiva de 1915, D. Leme lançou a sua Carta Pastoral⁵⁴ dividida em três partes. Na primeira, identificou o “mal” da população brasileira: o povo era visto como católico, mas distante da Igreja romanizada, preferindo as novenas e o terço às missas; os conselhos do beato, aos do padre. Na segunda parte, enumerou as “causas do mal”: a ignorância dos intelectuais em relação às questões religiosas e, por consequência, sua inércia social. Para a resolução desses problemas D. Leme apontou para “os meios de conjurar o grande mal”, a terceira parte, através da educação, tanto a familiar, como a de responsabilidade da Igreja, o catecismo, e, principalmente, a educação escolar.

Em concordância com D. Leme estava Amoroso Lima que também reconheceu na educação o melhor espaço para a recuperação do poder da Igreja:

O ensino, eis o grande remédio, a grande necessidade do momento atual. As novenas, as devoções, as festividades, feitas com os devidos requisitos, são cousas boas; mas o principal, o essencial, a cousa boa por excelência, a maior de todas as obras da

⁵² MARCHI, E **A igreja e a questão social...** p. 27.

⁵³ Alceu Amoroso Lima, também conhecido como Tristão de Athaíde, é reconhecido como um dos intelectuais católicos mais importantes enquanto defensor dos interesses da Igreja, além de presidente da revista *A Ordem* e do Centro D. Vital, dois dos principais veículos de disseminação dos ideais católicos. CASALI, A. Op. Citada, p. 81.

⁵⁴ Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra ao Clero e fiéis da Archidiocese de Olinda (1916). S/ref.,s/d.

caridade paroquial é – ensinar os ignorantes. A ignorância da religião, eis o inimigo, a doutrinação, – eis a grande arma apostólica.⁵⁵

D. Leme enfatizou os mais importantes programas da Restauração Católica: a organização da Ação Católica, a defesa do ensino religioso nas escolas públicas na Constituição de 1934 e a criação de escolas católicas em todos os níveis, principalmente as Universidades, como a de Louvain:

A nós católicos (...) se impõe o dever de darmos os passos necessários para que à mocidade estudiosa se abram Escolas Superiores francamente católicas. Temos o exemplo das nações mais civilizadas do mundo. A Bélgica, a Alemanha (sic), os Estados Unidos, têm as suas Universidades Católicas. Têm-nas o Chile e a Argentina. Por que não as temos no Brasil? Foi com alvoroço que nos chegou ao conhecimento a resolução tomada pelos Senhores Bispos e Arcebispos das Províncias Eclesiásticas Setentrionais do Brasil, quando reunidos na Bahia, sob a presidência do Venerando e preclaro senhor Arcebispo Primaz, acordaram em fundar na cidade de Recife uma Universidade Católica. (...) Quem nos dera transplantar para Recife as relíquias preciosas da Universidade de Louvaina! (...) Louvaina! Louvaina! Universidade Católica de Louvaina, templo de sábios. Quem nos dera ver levantar-se no Brasil uma irmã da Universidade de Louvaina!⁵⁶

Entre a intelectualidade católica do país, que se sentia orgulhosa da liderança de D. Leme, as suas atitudes eram elogiadas e consideradas essenciais para o avanço do catolicismo na sociedade:

E temos, nesta Capital de um imensa patria que nos ouve e espera de nós alguma coisa, a graça de possuir um Chefe, que hoje nos concede a honra de sua presidencia, como todos os dias nos dá a felicidade de sua direção, firme e suave, ao mesmo tempo e é a maior dádiva que a Providencia nos poderia ter concedido: o Cardeal Leme. (...) Se o Brasil pôde atravessar eses anos de subversão politica profunda, sem descambar de todo para a esquerda e, ao contrario, fazendo de certo modo um retorno espantoso, nas consciencias e nas leis, aos principios cristãos que o modelaram, devemos-lo sem duvida alguma, a esse homem de Deus, instrumento visível da Providencia entre nós. (...) Pois esse homem de oração e de vida sobrenatural é que ficará, na história do catolicismo brasileiro, como o Cardeal da Ação Católica.⁵⁷

⁵⁵ LIMA, A. A. **Pela ação católica**. Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta, 1935, p.116. Nessa passagem do texto, Amoroso Lima referencia as palavras do Pe. Julio Maria.

⁵⁶ CASALI, A. Op. Citada, p. 107.

⁵⁷ LIMA, A. A. **Pela ação...**, p.24/5.

A reformulação das práticas católicas e a criação de uma rede de escolas, segundo a Igreja Católica, manteriam sob controle o povo e as elites, e seriam os dois pilares básicos para a implantação da reforma ultramontana.

Com base nessa idéia realizou-se o Primeiro Congresso Católico da Educação, em 1934, no Rio de Janeiro. Nele, Amoroso Lima denomina de “triunfo católico”, o fato de meses antes a educação católica ter sido estabelecida como facultativa pela Constituição.⁵⁸ Para Amoroso Lima, a educação católica facultativa seria a vitória sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, que propunha a educação laica.

Amoroso Lima, enquanto presidente da 4ª Comissão, submeteu à aprovação do Plenário 13 itens de conclusão geral. Resumidamente esses itens destacavam a importância da criação de Universidades Católicas no país, que deveriam estar subordinadas às determinações doutrinárias do Episcopado Brasileiro. Reforçava, ainda que, o espírito da Universidade deveria ser católico e seria imprescindível o envolvimento dos intelectuais nesse empreendimento:

(...)

II. A Universidade Católica visa a pesquisa científica e o ensino superior, em todos os seus ramos, num ambiente religioso e à luz da doutrina da Igreja, trazendo a colaboração dos católicos ao progresso cultural do país.

(...)

VII. As faculdades que parecem mais urgentes e exeqüíveis, devendo por elas ser iniciada a organização da Universidade, são uma faculdade de direito, uma de educação, para formação de professores, e uma de religião, filosofia e letras, com os cursos necessários e possíveis, sendo desejável também, quanto, antes, a fundação de uma escola de jornalismo.

VIII. Que se aconselhe aos católicos das localidades onde existam faculdades superiores, a organização, onde já não o tenham realizado, de faculdades ou cursos superiores de teologia, filosofia e letras que possam anular os males causados pelo ensino leigo.

(...)

X. A seleção do corpo docente da universidade deve obedecer ao máximo rigor, evitando-se todo favorecimento indevido por motivos parciais e adotando-se, concomitantemente o triplice critério: do valor científico e didático; da probidade moral; da espiritualidade católica.⁵⁹

⁵⁸ Confederação Católica Brasileira de Educação. Anais do Primeiro Congresso Católico de Educação (1934). Rio de Janeiro. S/ref., 1935.

⁵⁹ Idem.

Para D. Leme, o ensino laico vigente no país estava em contradição com o sentimento da população brasileira, por isso o Estado não poderia proibir o ensino religioso nas escolas públicas, como afirmava a Constituição de 1891. Seguindo as orientações da ação católica, D. Leme defendia o ensino religioso na Constituição de 1934 e a criação do ensino superior católico. Além disso, apoiou a fundação da revista *A Ordem*⁶⁰ e do Centro D. Vital⁶¹, ambos presididos por Amoroso Lima, e adaptados ao programa do catolicismo integral.

Com o apoio de D. Leme, o Centro D. Vital participou ativamente da ação católica. Por meio de seus debates e reuniões semanais, ele ocupou o espaço de instituições superiores católicas, ainda inexistentes, convertendo e socializando as elites dirigentes ao catolicismo.

O movimento da ação católica tinha, assim, por objetivo conscientizar, primeiramente a intelectualidade, os verdadeiros responsáveis pelo movimento e pela sua atuação e, em segundo lugar, a população, não apenas de sua função religiosa, mas social, política e cultural, instaurando a vida católica na sociedade. Para Amoroso Lima:

A espiritualização dos meios intelectuais brasileiros, primeiro dos nossos propósitos, não é pois uma obra de alheamento social ou de simples culto da cultura, como se faz nos meios intelectuais agnósticos, e sim uma empresa de incalculável alcance, tanto para o enriquecimento da própria inteligência, como para a sua irradiação moral e social. Por isso tanto nos esforçamos na promoção de uma cultura superior, inspirada nos princípios mais sadios da Razão e da Fé. E daí nossa atuação nos meios intelectuais.⁶²

Nessa perspectiva, os intelectuais, ou seja, aquela pequena fração culta da sociedade, deveriam se organizar para se oporem às idéias não aceitas pelos católicos.

⁶⁰ A Revista *A Ordem* foi fundada no Rio de Janeiro, em 1921, com o apoio de D. Leme, por Jackson de Figueiredo. Após sua morte prematura, Amoroso Lima assume a direção da revista que, com uma publicação mensal, divulgou artigos para a orientação da intelectualidade nos pressupostos da ação católica. CASALI, A. Op. Citada, p. 80.

⁶¹ O Centro D. Vital foi fundado em 1922 como derivação da Revista *A Ordem* e com o intuito de ajudar o episcopado brasileiro na recatolicização da intelectualidade. Idem, p. 82.

⁶² LIMA, A. A. **Pela ação...**, p.17.

Segundo Amoroso Lima, o individualismo e o anticlericalismo poderiam ser amenizados por meio da fundação de cursos superiores católicos, mas a maior oposição deveria se voltar para o “mais perigoso e organizado: a tirania de Moscou”.⁶³

Os intelectuais, assim, receberam orientação para a realização de conferências, círculos de estudos e associações, o que deu ao movimento um caráter mais associativo e menos individual, transformando os católicos nominais em católicos praticantes e estes últimos em militantes.

Nesse sentido, segundo Miceli, a Igreja incentivou a fundação de instituições com base em princípios católicos, mas dirigidas por intelectuais leigos. Essas instituições eram criadas como centros de encontros, mas, aos poucos, diversificaram suas tarefas e funções. Assim, a Igreja buscava expandir sua presença em “áreas estratégicas” como da educação e da produção cultural.⁶⁴

Segundo Amoroso Lima, o “momento histórico”, particular da década de 30, era resultante do liberalismo laico do séc. XIX, sendo preciso conscientizar os católicos que, naquele momento, estava sendo construída a “Idade Nova”. Para essa construção, a população deveria optar por um “caminho”. Esses “caminhos” seriam o liberal, identificado com a sociedade da época; o socialista; o nacional-totalitário, organizado contra os excessos do liberalismo e do socialismo; ou o cristão.⁶⁵

Percebe-se, assim, uma preocupação latente de Amoroso Lima em impedir o desenvolvimento tanto do liberalismo, associado ao individualismo e ao laicismo, como do comunismo, associado ao ateísmo. Para impedir o progresso dessas idéias, os intelectuais católicos passaram a ser cooptados para participarem da ação católica.

⁶³ Idem, p. 21.

⁶⁴ MICELI, S. Op. citada, p. 127.

⁶⁵ LIMA, A. A. **Pela cristianização da Idade Nova**. Rio de Janeiro: Agir, 1938, p. 115 e 121.

2.1.2 Ultramontanismo em Curitiba

No início do século XX a vida cultural em Curitiba atestava uma certa diversidade. Grande parte dos intelectuais era adepta do livre pensamento, possuindo uma visão aberta de mundo. Eles defendiam propostas de uma sociedade laica e democrática, contestando, diretamente, o poder da Igreja Católica.

O pensamento anticlerical ocupava um espaço importante na sociedade nesse momento. O movimento anticlerical, existente em Curitiba desde o final do século XIX, entrelaçou-se com as organizações religiosas não-católicas e com o movimento operário. Assumindo uma posição de destaque na sociedade, ele era visível na imprensa, na literatura e na educação.

Segundo Hellmann,⁶⁶ o Ginásio Paranaense possuía um grande número de professores adeptos das idéias republicanas, positivistas e anticlericais, enquanto que as idéias católicas e tradicionais eram propagadas nas dependências do Ginásio Diocesano.

Dario Vellozo, principal líder anticlerical e professor do Ginásio Paranaense, acreditava que a atuação dos anticlericais deveria ser primeiramente na educação, tendo por base a ciência e a razão. Sob a sua liderança, alguns intelectuais, reeditaram a filosofia anticlerical, formando, segundo Balhana, uma “nova Igreja”, a dos neo-pitagóricos:

a presença em Curitiba de um grupo de intelectuais com capacidade de ousar e que, re-
meditando, chegam não apenas ao Simbolismo literário, como à construção filosófica,
ideológica e doutrinária de uma nova Igreja – a dos néo-pitagóricos. (...) O sagrado da
nova revelação concorre com o sagrado da tradição. Portador de uma contra-
legitimidade, o profeta contesta a tradição dominante. Apresentando uma filosofia
crítica, entra em choque com a religião existente.⁶⁷

⁶⁶ HELLMANN, G. J. **Colégio Paranaense, esteio do pensamento católico em Curitiba – 1889-1938**. Curitiba, 1997. Tese de conclusão do curso em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 32, 61, 124 e 127.

⁶⁷ BALHANA, C.A.F. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981 p. 13.

Percebe-se, assim, que não se trata exatamente de um grupo que se coloca contra a religiosidade. Combatendo o poder, religioso e temporal do papa, ele se opunha ao domínio do clero católico na sociedade e ao processo de romanização.

Paralelamente à existência de livres-pensadores, a escola pública primária, considerada o espaço do desenvolvimento cívico e das possibilidades que impulsionassem o progresso, era caracterizada pelo laicismo. De acordo com a proposta republicana, deveria ser humanista, democrática e progressista, e as escolas particulares deveriam seguir essa mesma tendência.⁶⁸

Ora, a Igreja Católica, buscava, nesse momento, assumir uma posição integrada ao movimento ultramontano, acelerando a centralização romana e reforçando a soberania do papa.

Desde o final do século XIX, a Igreja Católica no Paraná enfrentava sérios problemas no que diz respeito à autoridade eclesiástica. Para reverter essa situação a Igreja organizou o bispado e promoveu a vinda de ordens religiosas, com o objetivo de criar seminários e colégios.⁶⁹

Essas novas congregações se instalaram próximas aos núcleos de imigrantes, como também, em lugares de prestígio, considerados locais estratégicos para a defesa e restauração dos pressupostos católicos.

Entre as instituições voltadas para o ensino masculino encontravam-se o Seminário São José (1896), o Colégio Bom Jesus (1902) e o Colégio Santa Maria (1925). Entre as congregações femininas destacavam-se as dos Santos Anjos (1895), as Irmãs de São José (1896), as Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus

⁶⁸ TRINDADE, E. M. C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996, p. 20/3.

⁶⁹ O primeiro bispo de Curitiba, D. José de Camargo Barros (1894-1904) fez alguns avanços, frente à sociedade laica em formação, realizando missas dominicais e transformando o Ginásio Paranaense no espaço de discussões entre os ideais católicos e anticlericais. E aponta para a necessidade de organização de uma imprensa católica. Seus sucessores, D. Duarte de Leopoldo e Silva (1904-1907) e D. João Francisco Braga (1908-1935) assumem a mesma posição. D. João é reconhecido como o bispo que assegura a presença do catolicismo, combatendo os anticlericais, principalmente por meio da atuação das ordens religiosas, conquistando o “território paranaense para a Igreja Católica Romana”. Em 1936, assume D. Attico Euzébio da Rocha, que mantém a Igreja do Paraná atrelada aos ideais da ação católica. BALHANA, C. A. F. Op. Citada, p. 65/80.

(1900), as Irmãs da Divina Providência (1903), as filhas de Caridade de São Vicente de Paulo (1904), as Irmãs de Nossa Senhora de Sion (1906) e as Franciscanas da Sagrada Família (1906). Além de colégios de maior porte, algumas dessas congregações mantinham escolas gratuitas para as crianças mais pobres, ou ainda, orfanatos, como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, das Irmãs de São José.⁷⁰

Já a imprensa, nesse momento, era disputada entre anticlericais e católicos. Os anticlericais faziam circular pela cidade inúmeros jornais, criticando a invasão da Igreja Católica no meio educacional:

Opomo-nos francamente ao ensino religiosos e nisto imos com as idéias avançadas de nosso século. Queremos o que querem todos os homens livres de nosso tempo; o que não é compatível com a nossa civilização; queremos que haja na República cidadãos aptos para o trabalho, qualquer que ele seja, sem teias da monstruosa aranha clerical no espírito, que saibam caminhar para a luz e para o progresso, e não esses seres bisonhos, rezadores hipócritas que só concorrem para o atrofiamiento moral e intelectual da humanidade. (...) Que bela coisa é não ter o espírito povoado de sombras e de visões aterradoras, tê-lo livre de preconceitos, aberto a todas as idéias generosas, esclarecido pela verdade, fortificado pelas convicções e adverso à protérvia, à hipocrisia (...).⁷¹

Entre esses jornais podem ser citados “O Azourrague”, “A Bombarda”, “O Cenáculo”, “O Combate”, “Electra”, publicação da Liga Anticlerical Paranaense, “Luz de Krotona” e “Myrto e Acácia”, ambos do Instituto Neo-Pitagórico. Além dessa imprensa anticlerical, o jornal Diário da Tarde sustentava uma posição anti-religiosa e abria espaço aos artigos de Dario Vellozo, publicados entre abril e setembro de 1904.⁷²

A imprensa católica por sua vez adquiriu um certo peso. O jornal católico “A Estrella”, de maior destaque, iniciou sua publicação a fim de rebater as acusações feitas pelos anticlericais ao clero. Nele são publicados diversos artigos do Pe. Desidério Deschand, principal líder católico, que considerava o anticlericalismo e Dario Vellozo seguidores de Voltaire e os acusava de pouco saberem sobre o

⁷⁰ TRINDADE, E. M. C. Op. Citada, p. 26

⁷¹ SILVA, A. O clero e ensino religioso. O Cenáculo. 1896. IN: MARCHETE, T. D. **Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba. 1896-1912.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 58/9.

⁷² BALHANA, C.A.F. Op. Citada, p. 56 e 79.

catolicismo e de não conseguirem articular provas concretas contra a Igreja: “com Vossa Sapiência, vinde estabelecer esta bonita tese histórica. O riso de Voltaire matou o dogma, isso é, a religião católica. Vinde, espero-vos aqui... Não, Sr. Dario, nem todos se deixam vencer pelo riso. A despeito do riso de Voltaire e do vosso, o dogma ainda está de pé...”⁷³

Além da presença decisiva da Igreja Católica na educação e na imprensa, o Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha,⁷⁴ católico praticante, expediu um decreto em que o Estado auxiliaria financeiramente a constituição da Província Eclesiástica de Curitiba, com a sua elevação a Arcebispado, a criação das Dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e da Prelazia de Foz do Iguaçu.⁷⁵

Durante os anos de 1930, os pensadores católicos já não se ocupavam mais do anticlericalismo. Até mesmo o jornal Diário da Tarde voltou-se para a defesa da ação católica, considerando um grave problema a descristianização das famílias. O desafio da Igreja e da intelectualidade católica passou a ser outro, o combate ao comunismo.⁷⁶

A fundação do CEB se deu exatamente nesse momento, em que as autoridades eclesiais e alguns pensadores católicos da cidade direcionavam suas críticas para as propostas comunistas. A base dessa nova atuação continuaria sendo a política ultramontana e seu desdobramento, a ação católica, mantendo a influência da Igreja no meio educacional e na imprensa, que se transformaram em campos estratégicos para a disseminação dos dogmas ultramontanos.

⁷³ Idem, p. 69.

⁷⁴ Caetano Munhoz da Rocha ocupou o cargo de Vice-presidente do Estado no período de 1916 a 1920, logo em seguida assumindo a Presidência do Estado por dois mandatos consecutivos, 1920 a 1928. Recebe o título de sócio-benemérito do CEB e é pai de um de seus sócios-fundadores, Bento Munhoz da Rocha Netto.

⁷⁵ BALHANA, C.A.F. Op. Citada, p. 76.

⁷⁶ Idem, p. 78/80.

2.2 Educação: espaço estratégico para católicos e inovadores

Motivados e orientados pela política ultramontana e seu desdobramento – a ação católica, – muitos intelectuais católicos brasileiros envolveram-se de forma significativa com a educação. No entanto, eles não foram os únicos.

Como já mencionamos anteriormente, os anos de 1920 a 1940 foram marcados, no Brasil, pelos debates em torno da construção de uma identidade nacional e, por consequência, pela questão educacional. Vários grupos defendiam idéias educacionais divergentes, no entanto, sobre um aspecto todos concordavam: sem a educação, a identidade nacional não se conceberia.

Dessa forma, a educação passou a ser a meta principal de diversas correntes:

a questão educacional era, naqueles anos, tema altamente politizado, que atraía os melhores talentos e provocava os maiores conflitos. O que dava à educação naqueles tempos a relevância política (...) era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação de mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação.⁷⁷

Apesar da existência de basicamente quatro correntes, a disputa polarizou-se em torno de dois grupos mais representativos: o Movimento da Escola Nova e a Igreja Católica. Além desses dois grupos, as Forças Armadas e o projeto fascista de Francisco Campos também ganhavam destaque nesse período.⁷⁸

O Movimento da Escola Nova⁷⁹ possuía um pensamento renovador e entre seus defensores estavam Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Manuel Lourenço Filho. O primeiro foi um dos integrantes da Associação Brasileira de Educação – ABE, criada em 1924 por Heitor Lima da Silva, a qual promovia diversas reuniões e discussões em torno da problemática de criação de escolas e universidades e da necessidade de se criar um Ministério da Educação. A partir da ABE, alguns intelectuais iniciaram o

⁷⁷ SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H.M.B. COSTA, V.M.B. Op. Citada, p.69/89.

⁷⁸ Idem, p. 67 e 69.

⁷⁹ Apesar da reconhecida importância do Movimento da Escola Nova, nos limites dessa pesquisa concentra-se na influência da Igreja Católica, por meio dos intelectuais, nos projetos educacionais. Por isso opta-se pela obra de Schwartzman, **Tempos de Capanema** que privilegia essa influência, como base para as nossas considerações.

Movimento da Escola Nova, com base na teoria do filósofo da educação norte-americano John Dewey.

A Escola Nova acreditava que a educação deveria ser igual para todos, ficando sob responsabilidade do Estado e a grande meta seria tornar o ensino laico.

Segundo Azzi,⁸⁰ alguns intelectuais católicos posicionaram-se a favor desse movimento renovador, como Mário Casassanta, mas a maioria foi influenciada pelo seu maior opositor: Amoroso Lima.

Contrapondo-se à Escola Nova, o grupo conservador tinha como principal atuante a Igreja Católica. Assim, a disputa acontecia principalmente entre a já mencionada Associação Brasileira de Educação – ABE, que reivindica a garantia do Estado em relação ao ensino laico, e a Igreja Católica, que, principalmente, por meio do Centro D. Vital, e outras instituições fundadas pelos intelectuais católicos, defendia a obrigatoriedade do ensino religioso.

Nesse sentido, o principal defensor dos ideais católicos, Amoroso Lima, afirmava que a Escola Nova era uma corrente “demagógica, libertária, que fatalmente levaria ao materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã”.⁸¹ Para ele a Igreja Católica seria a responsável pela “reespiritualização da cultura” acabando, assim, com a incompatibilidade entre religião e ciência, superando o individualismo e o socialismo.

Os debates ideológicos ocorriam durante as Conferências Nacionais de Educação. Na 4ª e na 5ª Conferências, em dezembro de 1931, foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova polarizando ainda mais a disputa educacional entre os renovadores e os tradicionalistas.⁸²

Essa disputa não se restringia apenas à área educacional assumindo um caráter político e econômico. Os católicos, por meio da manutenção do ensino religioso,

⁸⁰ AZZI, R. **Trajetória da educação católica no Brasil (1844-1944)** Disponível em: <<http://www.eduline.com.br/aec/trajetoria/notas.htm>>

⁸¹ SCHWARTZMAN, S. Op. Citada, p. 73/4.

⁸² ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 144/5.

também queriam manter a velha ordem, na qual apenas uma pequena camada da população teria acesso ao ensino de qualidade, enquanto que os renovadores exigindo o ensino gratuito, pretendiam expandir para além da elite, a qualidade do ensino público.

Durante esse período, percebe-se uma preocupação dos dois Ministros da Educação, Francisco Campos (1930-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945), em garantir um pacto com a Igreja Católica no que concerne ao ensino no país.

Para Francisco Campos, o projeto educacional daria certo se houvesse uma aproximação com a Igreja, pois, era um projeto que necessita de símbolos bem difundidos e cultuados, de mitos exaltados e proclamados e de rituais a serem cumpridos. Apenas a Igreja poderia cumprir essa função, pelo fato da religiosidade católica estar extremamente arraigada na mentalidade da população brasileira.⁸³

O Estado deveria facilitar o ensino religioso, a fundação de Faculdades Católicas de Teologia nas Universidades, a realização de congressos católicos e as publicações de base cristã que despertassem o interesse da classe operária, assim como a publicação de uma revista de nível intelectual superior:

Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional.⁸⁴

Assim, Francisco Campos recomendava que a Constituição de 1934 reconhecesse a religião católica como sendo a da maioria dos brasileiros, e que o ensino religioso fosse facultativo nos estabelecimentos de ensino primário e secundário.

⁸³ SCHWARTZMAN, S. Op. Citada., p. 83/4.

⁸⁴ Como apêndice Schwartzman coloca em sua obra uma série de cartas que revelam a preocupação dos Ministros em restabelecer a relação entre a Igreja e o Estado. Carta de Francisco Campos a Getúlio Vargas, 18 de abril de 1931. In: SCHWARTZMAN, S. Op. Citada, p. 306/8.

Dessa forma, não garantindo a obrigatoriedade do ensino católico, o Estado deveria manter-se, aparentemente, neutro nessa questão, o que não o colocava em situação delicada, nem com o movimento da Escola Nova, nem com a Igreja.

Ainda na década de 30 era criado o Conselho Nacional de Educação – CNE,⁸⁵ que contratou especialistas diversos para prestar consultoria ao Estado. Os grupos que formavam o conselho eram representantes tanto de ramos mais tradicionais, como das áreas mais progressistas que propunham uma modernização do ensino. O representante da Igreja era o Pe. Leonel Franca, considerado um dos principais líderes da intelectualidade católica.⁸⁶

Ao assumir o Ministério da Educação, em 1934, Gustavo Capanema adotou uma política similar ao de seu antecessor, favorecendo os interesses da Igreja Católica. O ensino secundário tornou-se obrigatório para o ingresso na universidade e deveria ser distinto do ensino normal. Por meio dele se prepararia uma elite intelectual. Os futuros condutores da sociedade e da nação deveriam, então, ter por base uma “formação humanística e patriótica” para que os jovens governantes mantivessem a ordem. Essa formação também deveria ser “moral e ética”, baseada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria.⁸⁷

Capanema se preocupou mais com o ensino universitário do que com a alfabetização das massas, pois, segundo ele, esse ensino prepararia a elite que iria dirigir a nação. Essa elite deveria ser ao mesmo tempo eficiente e católica:

a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela, também, esperava-se produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional.⁸⁸

⁸⁵ O CNE foi criado pelo artigo nº 19.850 de 11 de abril de 1931, tendo como função prestar consultoria ao ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino. MICELI, S. Op. Citada, p.295.

⁸⁶ Idem, p. 299/300.

⁸⁷ SCHWARTZMAN, S. Op. Citada, p. 209.

⁸⁸ Idem, p. 218 e 221.

Em 1936, o Ministro Capanema reconstituiu o CNE, mantendo o Pe. Leonel Franca e nomeando Amoroso Lima, ambos defensores dos interesses do ensino particular e dos pressupostos católicos. Assim, a Igreja foi a única facção que apresentou ganhos na reconstituição do conselho. Segundo Miceli, essa presença da Igreja no conselho, investiu de poder a autoridade eclesiástica para legislar nos planos do ensino e da cultura e sustentou a legitimidade do catolicismo nas reformas educacionais.⁸⁹

Dessa forma, o Estado estava assumindo uma posição, mesmo que não oficialmente, a favor da Igreja Católica, que durante os anos de 1920 e 1930 participou cada vez mais ativamente das questões educacionais. Conforme afirmamos anteriormente, isso era o resultado da eficiência da política ultramontana.

2.3 “Era da Catástrofe”

Além da política ultramontana, podemos afirmar que o projeto intelectual do CEB foi influenciado pelo pensamento autoritário. O período que teve início com a Grande Guerra Mundial, em 1914, e que se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 foi denominado por Eric Hobsbawm de “Era da Catástrofe”.⁹⁰

A crise dos valores liberais, oriunda da Primeira Guerra, foi reforçada em 1929 pela crise econômica, que teve início com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. A economia mundial pareceu desmoronar, a crise espalhou-se pelo mundo, abalando praticamente todos os países capitalistas, foi o período da “Grande Depressão”.

Os efeitos dessa crise do liberalismo não ficaram restritos ao âmbito econômico, afetando a política, que parecia marchar para a radicalização. Em muitos países, os governos foram atingidos, sendo derrubados por revoluções de esquerda ou de direita.

⁸⁹ MICELI, Op. Citada, p.296 e 300.

⁹⁰ HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 16.

Durante esse período de “catástrofe”, as instituições da democracia e o liberalismo⁹¹, que enfraqueceram entre 1917 e 1945, abriram espaço para os movimentos totalitários: o comunismo, o fascismo e movimentos autoritários corolários.

Para a compreensão do conceito de fascismo existem duas teorias, a singularizante, que se refere ao fascismo italiano em sua historicidade específica, e a generalizante. A teoria generalizante refere-se ao fascismo na Alemanha e aos movimentos que compartilham de idéias e estratégias fascistas em outros países. Essa teoria considera o fascismo como um fenômeno além das fronteiras italianas, e como uma ditadura aberta da burguesia, tanto em resposta à crise do capitalismo e do imperialismo, como uma forma de manter-se no domínio. Tanto a teoria singularizante como a generalizante atribuem ao fascismo as características do partido único, o culto ao chefe, a expansão imperialista, a mobilização das massas, o aniquilamento das oposições e o controle das informações e comunicações. No caso específico do governo Vargas no Brasil, entre 1937 e 1945, existem várias discussões em torno do seu caráter fascista, a mais aceita é que seu governo não era diretamente fascista, mas assume uma estratégia fascista de administração.⁹²

⁹¹ O liberalismo pode ser compreendido, de forma genérica, como um desdobramento do iluminismo francês, privilegiando o individualismo. Ao mesmo tempo, pode indicar um partido, um movimento político, ou ainda, uma ideologia política ou ética, manifestando-se em épocas e lugares diferentes com características diversificadas. Sobre o liberalismo no Brasil existem duas tendências opostas, a primeira defendida por Schwarz e a segunda por Franco, endossada por Capelato. Segundo Schwarz, as idéias liberais acompanham o desenvolvimento do capitalismo e o trabalho assalariado, sendo inadequadas à realidade brasileira por esbarrarem na escravatura e, depois da abolição, no clientelismo e na política de favores dos coronéis. Schwarz aceita a existência do liberalismo no Brasil, mas o considera uma idéia deslocada do contexto. Destacando essa contradição de Schwarz, Franco e Capelato afirmam que, um grande número de idéias, como as liberais, autoritárias, anarquistas, ou ainda, socialistas, são importadas, existindo umnexo entre a sua produção e reprodução em situações particulares, o que não significa que são inadequadas. As idéias seriam “parte do todo social e se constituem geneticamente com ele”, sendo adaptadas para contextos diversificados. CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. FRANCO, M. S. C. “As idéias estão no lugar”. In: **Cadernos de Debate**, São Paulo: Brasiliense, 1976. MATTEUCCI N. “Liberalismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Op. Citada, p. 686/705. SCHWARZ, R. “As idéias fora do lugar”. In: **Estudos CEBRAP**, nº 3, jan. 1973.

⁹² CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e peronismo. Campinas: Papyrus, 1998. SACCOMANI, E. “Fascismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Op. Citada, p. 466/75.

O avanço dos movimentos autoritários pode ser justificado pela proposta que unia nacionalismo, anticomunismo e antiliberalismo, atraindo não só os conservadores tradicionais e a Igreja Católica, mas as elites econômicas.

No Brasil, uma “revolução” em 1930⁹³, no final da qual Getúlio Vargas assumiu o poder, sob a forma de um Governo Provisório, pôs fim à denominada “República Velha”, em que havia vigorado o revezamento presidencial entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

Ao assumir a presidência, Vargas já demonstrou o quanto seu governo seria centralizador e intervencionista, dissolvendo o Congresso, suspendendo a Constituição, limitando a autonomia estadual e destituindo os governadores dos estados, em seu lugar nomeando interventores.

A esquerda brasileira foi organizada por uma facção do Partido Comunista em torno de um movimento de frente popular a Aliança Nacional Libertadora – ANL. Até 1935, a ANL organizou sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical. A partir de então o governo declarou-a ilegal com base na Lei de Segurança Nacional. Em resposta a essa atitude, os aliancistas organizaram um levante denominado Intentona Comunista, sufocado rapidamente pelo governo federal. Utilizando essa manifestação, Vargas, com o apoio das Forças Armadas, prendeu e exilou muitos de seus opositores, entre eles, políticos, jornalistas, intelectuais e membros das oligarquias tradicionais.

⁹³ Sobre essa “revolução” destacam-se três correntes historiográficas, que orientam as pesquisas sobre o período. Segundo Mendonça, a primeira delas, identifica 1930 como uma efetiva “revolução”, na qual a classe burguesa teria assumido o poder de Estado, responsabilizando-se pela superação da economia agro-exportadora em favor da industrialização, seria uma superação das estruturas arcaicas. A segunda tendência, conforme Boris Fausto, atenua a utilização do conceito de “revolução”, explicando 1930 como um rearranjo das elites. A burguesia, no lugar das oligarquias rurais, passaria a comandar o processo político. Por fim, a terceira tendência de autoria de Decca, não qualifica 1930 como uma revolução, ou como um rearranjo político. Segundo esse autor, no final dos anos 20, a classe trabalhadora havia institucionalizado sua presença na política, por meio do Bloco Operário Camponês (BOC), criado pelo Partido Comunista, provocando a reação da burguesia industrial. Desses embates entre as classes, resulta o golpe de Estado, com caráter contra-revolucionário e que acionaria diversos dispositivos repressivos, em apoio à classe patronal. (DECCA, E. S. **1930 O silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. MENDONÇA, S. A consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, M. Y. et al. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 252/66.)

É importante salientar que alguns intelectuais brasileiros, nos primeiros anos da década de 30, manifestam um grande interesse pelas propostas comunistas. No entanto, segundo Mota, o nível teórico dos filiados e simpatizantes do Partido Comunista é muito baixo, devido à falta de estímulo e de orientação em seus estudos.⁹⁴

Paralelamente à organização comunista, a direita também se articulou em torno da Ação Integralista Brasileira – AIB, que possuía como principal líder Plínio Salgado, o qual, utilizando um aparato fascista, defendia a idéia de que os efeitos da depressão só seriam resolvidos através de métodos autoritários.

Com um movimento de esquerda e outro de direita, a política do país parecia estar se reorganizando, apesar dos efeitos da crise. No entanto, no final de 1937 o governo de Vargas ingressava numa outra fase: o Estado Novo, esse período autoritário⁹⁵ estendeu-se até 1945. Alegando a existência de um plano comunista internacional, o Plano Cohen⁹⁶, para tomar o poder no Brasil, Vargas impôs a censura à imprensa e ao rádio, fechou o Congresso e outorgou uma nova Constituição, com base na autoritária constituição polonesa.

A partir de então, o Estado tornou-se mais centralizador suprimindo os partidos políticos, as eleições e a autonomia dos estados, planejando a economia, intervindo na

⁹⁴ MOTA, C. G. Cultura e política no Estado Novo (1937-1945). In: **Encontros da Civilização Brasileira**, vol. 7. Rio de Janeiro, 1979, p. 90.

⁹⁵ O autoritarismo pode ser compreendido como uma estrutura política em contraposição à democracia, privilegiando a autoridade governamental e colocando o poder político nas mãos de uma pessoa ou de um órgão. A mobilização da sociedade é limitada e a oposição pode ser tolerada se não for aberta e pública. No Brasil, o pensamento autoritário apresentou muitas variações e seu estudo exige uma análise rigorosa e detalhada das diferentes tendências, no entanto, todas apresentam a característica comum de antiliberalismo. Entre os maiores representantes do pensamento autoritário no Brasil destacam-se Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Esses pensadores escrevem em nome de uma elite burocrática, propondo uma alternativa à crise do poder oligárquico, por meio de um projeto que substituísse o liberalismo, defendido desde a Constituição de 1891. FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. LAMOUNIER, B. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República.” In: **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. MICELI, S. Op. Citada, p. 221. STOPPINO, M. “Autoritarismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Op. Citada, p. 94/104.

⁹⁶ O Plano Cohen não existiu, foi criado por integralistas ligados ao Exército e usado por Vargas para dar o golpe e se manter no poder.

produção, controlando os trabalhadores, entre outras medidas. Criou, também, o Departamento da Imprensa e Propaganda – DIP, responsável pela censura prévia à imprensa, ao rádio, ao teatro e ao cinema. Os opositores ao seu governo, eram calados nas prisões onde a tortura era comum.

A partir de 1943, Vargas, pressionado pelos EUA, eliminou algumas tendências ditatoriais de seu governo assumindo uma postura mais democrática. Marcou eleições, legalizou a formação de partidos políticos, decretou anistia aos presos políticos e extinguiu o DIP. Um dos motivos dessa mudança de estratégia governamental seria o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial do lado dos Aliados, que combatiam regimes totalitários.

No Paraná, as alterações políticas em consequência da “revolução” de 1930, também se fizeram sentir. De 1916 a 1930 houve um revezamento político entre Affonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, na função de Presidente do Estado, ambos defensores dos interesses da elite tradicional.

A partir de 1930, Vargas passou a nomear interventores para os governos dos estados, escolhidos por serem homens de sua confiança. Esses interventores necessitavam do respaldo das elites locais.

No caso do Paraná, o interventor indicado por Vargas foi Manoel Ribas, que governou o estado entre 1932 a 1945,⁹⁷ sem o estabelecimento de alianças com as elites locais. A sua política econômica estimulou o plantio de café, no norte do estado, o que proporcionou o surgimento de uma nova elite. Até então, apenas as elites tradicionais exerciam o domínio sobre a máquina de governo e mantinham relações com o poder central.

Assim, esse período foi de avanço das idéias autoritárias e, conseqüentemente, de retrocesso das idéias e instituições liberais e democráticas. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a democracia voltou a vigorar porque, para enfrentar e derrotar o fascismo, houve uma aliança temporária entre o capitalismo liberal e o comunismo soviético.

⁹⁷ De 1932 a 1934 e de 1937 a 1945 Manoel Ribas foi interventor do Estado, e de 1935 a 1937, governador.

3 O PROJETO INTELECTUAL DO CEB

O projeto intelectual do CEB será apresentado a partir dos artigos publicados na revista da instituição. Não pretendemos, evidentemente, nessa dissertação, trabalhar com análises de texto e de discurso. No entanto, convém precisar que, sobre a análise de discurso, a título de ilustração, mencionaremos o trabalho de Dominique Maingueneau,⁹⁸ que acentua as noções de produção, de recepção de um texto, interligadas aos contextos históricos.

Maingueneau apresenta a problemática do discurso de acordo com a escola francesa. A princípio, o discurso é conceituado como toda produção lingüística. Ao tornar-se objeto de estudo, passa a ser considerado “à medida que faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução em posições sociais ou em conjunturas históricas.”⁹⁹

Assim, para a escola francesa, o discurso é definido como os textos produzidos em instituições, destacando o seu poder de enunciação, como também os discursos que cristalizam conflitos históricos ou sociais. Dessa forma, segundo Maingueneau, o que interessa à escola francesa não é a singularidade ou as tipologias dos textos, e sim a sua produção por um “determinado sujeito, considerando sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis”.¹⁰⁰

Ainda de acordo com essa escola, o discurso analisado é o escrito, os que estão inseridos nos quadros institucionais e que possuem como objetivo a explicação da construção do objeto. Maingueneau esclarece ainda que, esta forma é contraposta pela anglo-saxã, desenvolvida nos Estados Unidos, que analisa o discurso oral, a conversação cotidiana comum, possuindo como objetivo a descrição, a imanência do objeto.¹⁰¹

⁹⁸ MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

⁹⁹ Idem, p. 11/2.

¹⁰⁰ Idem, p. 14.

¹⁰¹ Idem, p. 16.

Na perspectiva pragmática, Maingueneau considera o discurso como uma forma de ação e não pode ser desvinculado da instituição que o pronuncia e o legitima. A importância da instituição está associada às regras por ela criadas, fazendo com que os emissores assumam um comportamento intencional que atribuem sentido ao discurso.¹⁰²

A análise de Maingueneau sobre o enunciador e o receptor do discurso é pertinente. Não é apenas o emissor a ser considerado, o receptor também é parte integrante do discurso, é a sua identificação com o que está sendo dito que torna o discurso legítimo e eficaz:

essa perspectiva desemboca diretamente sobre a questão da eficácia do discurso do poder que tem em suscitar a crença. O co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem ‘idéias’ que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao ‘dito’ através de uma ‘maneira de dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, o imaginário de um vivido.¹⁰³

Feitas essas observações, nessa pesquisa, o que é tido por discurso é o texto escrito, expresso através de artigos publicados na Revista do CEB, vistos como produtos históricos, ou seja, eles são associados à conjuntura em que foram escritos. Procuramos, conseqüentemente, explicar o poder de enunciação desses textos e os seus efeitos sobre um público específico.

Em síntese, o contexto de produção dos textos selecionados é marcado pela atuação da Igreja Católica contra o avanço da chamada “modernidade”, onde os intelectuais foram convocados a contribuírem para a retomada de seu poder, por meio, principalmente, de projetos educacionais.

Nesse período, anos 1930 e 1940, percebe-se, também, um avanço das idéias autoritárias e conservadoras, em detrimento das liberais. Especificamente no Brasil existia uma preocupação com as questões em torno da identidade nacional.

Praticamente todos os textos publicados na revista do CEB apresentam alguma relação com essas questões, as temáticas referidas constituem objeto de explanações.

¹⁰² Idem, p. 30/1.

¹⁰³ Idem, p. 46/9.

O enunciador desses textos era o CEB. Instituição reconhecida no meio intelectual da cidade, onde o posicionamento de seus membros era respeitado e as suas palavras possuíam influência, tornando o seu poder de enunciação mais eficaz e legítimo.

Por fim, o receptor desses textos. Como afirmamos anteriormente, as Revistas do CEB eram distribuídas entre os membros da instituição, para outras instituições similares no país e vários centros culturais, abrangendo um grande número de leitores, no entanto, ainda uma camada mais esclarecida.

Assim, esses textos estavam direcionados para uma elite pensante, com o objetivo de torná-la capacitada para a disseminação dos ideais católicos. Percebe-se, assim, que os pensadores do CEB compactuam com a proposta ultramontana de primeiramente catolicizar a intelectualidade para que essa atuasse junto à população, aumentando a influência e o poder da Igreja Católica.

Após levantamento de todos os artigos publicados,¹⁰⁴ privilegiamos os mais instigantes e significativos, aqueles que possam revelar o projeto intelectual da instituição, em seus três aspectos mais pertinentes: a aproximação da política ultramontana por meio do estudo da filosofia neotomista e pela atuação na área educacional, a simpatia às idéias políticas autoritárias e as propostas para a formação da identidade regional, não desvinculada da nacional.

¹⁰⁴ Anexo 3 – Artigos publicados nas Revistas do Círculo de Estudos “Bandeirantes” - CEB (1934-1944).

3.1 A filosofia neotomista e a atuação na área educacional

De acordo com o que mencionamos anteriormente, a filosofia neotomista e a educação estavam inseridas no projeto de retomada da influência da Igreja Católica. No CEB, o neotomismo era a base do Curso de Filosofia ministrado na instituição e orientador de suas práticas educacionais.

Convém, no entanto, lembrar os fundamentos dessa filosofia. A encíclica papal *Aeterni Patris* (1879), de Leão XIII, já instruía o estudo dos pressupostos neotomistas, visando contrapor-se às filosofias materialistas que invadiam as universidades dos Estados Unidos e da Europa.

A Universidade de Louvain foi reconhecida como o centro de desenvolvimento da filosofia neotomista, de onde irradiaria esses pressupostos para outros locais. Restaurada em 1834, foi considerada como a primeira reação católica eclesiástica ao laicismo republicano no ensino e na preservação da uma “cultura católica”.¹⁰⁵ Em 1909 Pio X apontava essa Universidade e a filosofia neotomista do Abade Désiré Mercier, como exemplos, orientando a fundação de faculdades de filosofia, nela espelhadas.¹⁰⁶ Para os católicos, a filosofia neotomista havia superado a erudição livresca, integrando-se às universidades e estando em contato com a cultura nacional.

Antes da fundação de Faculdades de Filosofia no Brasil, a atividade filosófica foi uma iniciativa isolada, grande número de intelectuais católicos organizaram instituições e optaram pelo estudo de uma filosofia cristã.¹⁰⁷ O já mencionado, Centro D. Vital era uma dessas instituições que disseminava a filosofia neotomista, tanto em suas reuniões, como por meio da Revista *A Ordem*.

Entre os pensadores que colaboraram para o estudo do neotomismo está Jacques Maritain (1882-1973).

Maritain nasceu em Paris numa família sem religião. Estudou na Sorbonne e foi professor em diversos países: França, Canadá e Estados Unidos. Em 1906, envolveu-se

¹⁰⁵ CASALI, A. Op. Citada.p. 77.

¹⁰⁶ AZZI, R. **A neocristandade, um projeto restaurador**. História do pensamento católico no Brasil – V. São Paulo: Paulus, 1994, p. 91. CASALI, A. Op. Citada, p. 94.

¹⁰⁷ CAMPOS, F. A. **Tomismo e Neotomismo no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968, p. 19.

com os ideais neotomistas, que o acompanharam até sua morte e proporcionam sua aproximação com o Vaticano, na função de Embaixador, entre os anos de 1945 e 1948.¹⁰⁸

Maritain transformou-se num dos principais mestres do neotomismo, com seus conceitos de “democracia cristã”, “democracia social” e “humanismo integral”. Esses conceitos, divulgados na Revista *A Ordem*, empolgaram muitos católicos brasileiros e provavelmente inspiraram Amoroso Lima, pois entre suas obras e de Maritain percebe-se uma grande similaridade de idéias.

Enquanto adepto dos pressupostos da ação católica e da filosofia neotomista, Maritain acreditava que a principal missão do cristão, inclusive a dos leigos, era “salvar as verdades humanistas desfiguradas por quatro séculos de antropocentrismo”.¹⁰⁹ Para isso os católicos deveriam envolver-se com a comunidade tanto em ações políticas, como sociais.

Segundo Maritain, a “civilização capitalista” encontrava-se em decadência e, para não ser sucedida pelo comunismo, os católicos deveriam promover os princípios do humanismo integral, ou seja, os valores religiosos não deveriam ser negligenciados em nenhum aspecto: social, político ou econômico.¹¹⁰

Entre os membros do CEB, o humanismo integral de Maritain era analisado como oposto ao humanismo renascentista. Para esses pensadores católicos as idéias renascentistas, erroneamente, eram interpretadas como negação do homem, pelo fato de negar a religiosidade.

Além de Maritain, Emmanuel Mounier (1905-1950), filósofo francês, também se dedicou ao estudo filosófico cristão e formulou um pensamento baseado na valorização da pessoa, seguindo a linha de um tomismo essencial, denominado “personalista”. Mounier estudou ao lado de Jacques Chevalier e transformou-se, como

¹⁰⁸ Disponível em <http://www.maritain.org.br/livros/HI/HI_introducao.htm> Acesso em: 17.07.2002.

¹⁰⁹ MARITAIN, J. **Humanismo integral**. 4 ed. São Paulo: Dominus, 1962, p. 57 e 205.

¹¹⁰ Idem, p. 232.

ele, num cristão convicto. Além de Chevalier, teve contato com outros pensadores cristãos, Jacques Maritain e Charles Péguy que se transformaram em exemplo levando-o à fundação do movimento “Esprit”.¹¹¹

O movimento “Esprit” formou-se em torno da Revista de mesmo nome, fundada em 1932 por Mounier, possuindo, no início, uma acentuada orientação cristã. Entre 1932 e 1950 o pensamento de Mounier voltou-se em direção ao espiritual. Até 1941 a revista circulou sem problemas quando foi interdita, durante a ocupação alemã, até 1944,¹¹² quando voltou a ser publicada, estando em circulação até os dias atuais. No entanto, a partir de então, o movimento adotou uma orientação mais existencialista, o existencialismo cristão, tornando-se mais progressista.

Os intelectuais que fundaram a Revista “Esprit” buscavam um novo alento de vida. Vivenciaram a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, concluindo que a humanidade passava por um período de crise, política e espiritual e de desordem total.

Nesse ambiente, as filosofias de valorização espiritual, segundo Mounier, estavam ausentes das instituições universitárias, idealizando um projeto de civilização com base em sua filosofia personalista, ou seja, a valorização absoluta da pessoa, opondo-se ao individualismo burguês e ao coletivismo soviético.¹¹³ Essa corrente certamente influenciou os meios intelectuais, representando uma alternativa frente às propostas progressistas e ao liberalismo.

Em concordância com a filosofia neotomista os pensadores do CEB, também foram influenciados pelo discurso do já mencionado pensador católico Amoroso Lima que, no decorrer da década de 30, orientou a intelectualidade católica na formação de círculos de estudos e escolas de cultura, na organização do ensino superior e na divulgação de revistas, com o objetivo de formar uma elite que atuasse em prol do catolicismo:

¹¹¹ SEVERINO, A. J. **A antropologia personalista de Emmanuel Mounier**. São Paulo: Saraiva: 1974, p. 3/4.

¹¹² Idem, p. 5.

¹¹³ ZOLO, D. “Personalismo” BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Op. Citada, p. 925/927; SEVERINO, A. J. Op. Citada, p. 5, 7 e 15.

O dever cultural dos católicos ainda é mais urgente que o seu dever político. Pois é inútil tentarmos influir no governo do país, cristianizando a Nação e o Estado, sem possuímos uma *élite* realmente adextrada que esteja em condições de pôr em movimentos as grandes massas eleitorais, em torno de nossas idéas construtoras. (...) O dever cultural dos católicos é a condição primordial de qualquer ação católica verdadeira em nosso meio social ou político.¹¹⁴

Por meio desse projeto, ele buscava conscientizar, primeiramente, a intelectualidade e, depois, a população católica, não apenas de sua função religiosa, mas social, política e cultural. Defendendo que os intelectuais católicos, em suas mais variadas profissões, deveriam agir sem negligenciar as doutrinas católicas.

Os livros e artigos de Amoroso Lima foram objeto de estudo e de reflexão junto aos membros do CEB. Sua obra **Política** foi qualificada como sendo a única na literatura do país¹¹⁵ e **No limiar da Idade Nova** de “notável livro”.¹¹⁶ Não apenas suas obras, mas seu posicionamento religioso e político era o norteador das práticas desses pensadores.

O pensamento comum de Maritain, de Mounier e de Amoroso Lima, volta-se para a formação de uma nova sociedade com base nos princípios cristãos. Essa concepção de sociedade surgiu no momento em que o liberalismo é questionado e uma nova proposta de sociedade apresentava-se: a comunista. O humanismo cristão representaria, então, a terceira via para esses pensadores. O início da formação dessa sociedade mais cristã seria a partir da fundação de instituições, como o CEB, contribuindo para a conscientização dos pensadores católicos de sua função nessa formação.

¹¹⁴ LIMA, A. A. **Pela ação...**, p.119/20.

¹¹⁵ Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 28 dez.1933** Livro n.2 maio.1931 a nov.1934, p.132.

¹¹⁶ Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 30 jan. 1936** Livro n.3 nov.1934 a out.1941, p.38.

3.1.1 Do Curso de Filosofia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná

Considerando o ambiente de disputas entre renovadores e conservadores no meio educacional, os membros do CEB se posicionaram contra o ensino laico, considerando-o “attentatorio à liberdade de consciência cathólica” e como “mutilador”¹¹⁷ da educação. Afirmaram, também, que a “educação moral, a formação social e o respeito à liberdade espiritual” eram “sacrificados” pelo laicismo.¹¹⁸

Percebe-se, nesse posicionamento, a influência direta de Amoroso Lima que também aponta a Escola Nova como contrária à formação moral e cristã:

as ideologias destruidoras que a cada momento nos assaltam, como ainda ha anos tivemos ocasião de ver no infeliz “Manifesto dos Pioneros da Educação Nova”, que reuniu um grupo de elite dos nossos educadores, em torno de um programa monstruoso de materialismo pedagógico e de monopólio educativo do Estado, que é a negação de todos os direitos naturais de Deus, da Igreja e da Família na educação da mocidade. (...) Só mesmo uma ação pertinaz e corajosa, que reuna a competencia tecnica indispensavel a uma base filosofica sadia, pode livrar o Brasil do descalabro que será o ensino puramente “tecnico”, sem nenhuma base moral e religiosa. Só a espiritualização do ensino, pela união dos novos metodos pedagógicos dos ideais morais do cristianismo, pode impedir que o prurido de reformas, que ultimamente tem distinguido dos nossos pedagogos não venha a degenerar num verdadeiro desastre para a nacionalidade brasileira e para a felicidade das novas gerações.¹¹⁹

Para reverter essa situação, o CEB organizou um curso nas dependências da instituição. Assim, no período de maio de 1935 a 17 de dezembro de 1936, foi ministrado um Curso de Filosofia pelo Pe. Jesus Ballarin¹²⁰, adepto da filosofia do

¹¹⁷ Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 29 jan. 1931** Livro n.1 set.1929 a maio.1931, p.122.

¹¹⁸ Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 03 jan. 1935** Livro n.3 nov.1934 a out.1941, p.4 verso.

¹¹⁹ LIMA, A. A. **Pela ação...**, p.119/20 e 191.

¹²⁰ O Pe. Ballarin era professor do Colégio Estadual do Paraná e envolveu-se na fundação e posterior atuação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. O Círculo de Estudos “Bandeirantes” em 25 anos de existência. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954. Nesse artigo Liguarú Espírito Santo relembrou o Curso de Filosofia realizado nas dependências da instituição.

Abade Mercier, que era apontado pela Igreja católica como o orientador dos estudantes católicos de filosofia.

Na opinião dos participantes, a concretização desse curso estava sendo esperada por muitos pensadores católicos de Curitiba, uma vez que, segundo os mesmos, essa filosofia forneceria a “arma” ideal para os seus “combates”. A revista do CEB afirma:

Havia muito que os intelectuais católicos de Curitiba desejávamos fundar aqui um curso de Filosofia Tomista, conscientes da importância de semelhante arma para os nossos combates e desse “quadro ideal do saber”, como lhe chama Sertillanges, para nele irmos colocando ou a êle irmos referindo todas as nossas aquisições posteriores, no terreno das idéias.¹²¹

Esses termos, “arma” e “combates” ilustram a concepção de uma missão intelectual que os pensadores do CEB parecem se auto-atribuir.

Por meio desse Curso de Filosofia, o CEB, além de se responsabilizar pela formação intelectual dos seus integrantes, sentia-se no direito de ditar a sua conduta moral, em particular, e da sociedade curitibana, em geral. O mesmo número da revista declara que:

as conquistas intelectuais de nada valeriam se não ficassem a serviço de um conjunto inflexível de regras morais. E o Círculo de Estudos “Bandeirantes” coloca acima daquelas conquistas, que estão na sua mais aparente finalidade, a vida moral, que anima e dá calor a tudo mais. Daí ser êle uma escola para aprimorar inteligências, mas também, e antes de tudo, uma disciplina para forjar caracteres.¹²²

Em outro texto publicado na revista da instituição, de autoria de Bento Munhoz da Rocha Netto¹²³, sócio fundador do CEB, e apresentado entre os estudantes do Curso de Filosofia, o neotomismo foi interpretado como sendo de resistência ao ambiente de

¹²¹ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Discurso. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939, p. 111.

¹²² Idem, p. 113.

¹²³ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Sobre o thomismo. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.3, set. 1936.

incertezas em que viviam. Segundo ele, a sociedade curitibana foi, pejorativamente, considerada “paganizada”, dedicando pouco tempo e atenção ao cristianismo.

Bento afirma que o cristianismo esteve presente na formação de muitos intelectuais, no entanto, ao iniciarem seus estudos em universidades tiveram contato com um meio de “incorrigível liberalismo”, afastando-se dos pressupostos cristãos. Criticando a dedicação desses intelectuais aos estudos científicos, que forneceriam apenas “soluções transitórias”, Bento engrandece a filosofia neotomista apontando-a como única detentora da verdade: “(poderia) responder a todas as interrogações, saciar todas as ansiedades diante dos mysterios que o mundo offerece (...) pois é a única que existe. O resto são nuvens que passam”.¹²⁴

Desprezando as filosofias mais contemporâneas, para Bento, o neotomismo e seus princípios medievais representariam a estabilidade e, por esta característica atrairiam os intelectuais:

o Thomismo, depositário das verdades que fascinaram o homem em todas as edades, colloca-se altaneiro num plano tal, que lhe é indifferente que as gerações o acceitem em massa ou o desprezem. Para ser verdadeiro, não necessita do consenso dos mestres que encarnam e representam o pensamento de um momento. Elle é a verdade, que não encanece, mas que se renova. Que é sempre contemporânea de todos os tempos, que é sempre actual porque é simplesmente a verdade.¹²⁵

Para os pensadores católicos do CEB o neotomismo resolveria suas dúvidas por ser considerada uma filosofia completa, integral, total e definitiva, adaptando-se a qualquer época, por ter a característica de renovação.

Em outro texto pronunciado pelo Pe. Jesus Ballarin no encerramento do Curso de Filosofia, o neotomismo foi explicitado, de acordo com o pensamento do Abade Mercier, de forma comparativa e oposta à “filosofia moderna”. Nesse sentido, é

¹²⁴ Idem, p. 243.

¹²⁵ Idem, p. 244.

importante reafirmar que essa oposição entre a “filosofia moderna” e a neotomista era estimulada pela Igreja Católica.¹²⁶

O Pe. Ballarin criticou a “filosofia moderna” pelo fato de acreditar que ela possuiria uma característica de independência de qualquer “autoridade doutrinária” e uma tendência em separar a filosofia de outras ciências, ou ainda, de fragmentar as diversas teorias filosóficas:

separa a Filosofia da tradição e da ciência; a verdade da realidade, a prática da teoria, estabelecendo insolúvel antinomia entre a concepção do mundo e a lei da vida, entre o pensamento e a ação, entre a ciência e a sabedoria, entre ser e querer, entre a ordem material e a ordem moral, entre a ontologia e a deontologia, entre a metafísica e a moral. Com esta profunda desarmonia do espírito moderno desarticula ainda a própria Filosofia porque dá lugar a sistemas incompletos e unilaterais.¹²⁷

Mediante essa situação, o Abade Mercier, segundo o Pe. Ballarin, transformou em seu grande ideal o resgate de uma filosofia que unisse, o que “a filosofia moderna” havia separado:

filosofia cujos caracteres essenciais, são: a utilização dos sentidos e da razão com a subordinação dos primeiros à segunda; a submissão a um ideal único, constante de verdade, de bondade, luz e força; união sem absorção nem exclusão da natureza e do sobrenatural, da razão e da fé, da liberdade e da graça, da família, do estado e da Igreja. Ou ainda mais claramente; o respeito fiel e a sujeição do entendimento aos ensinamentos da Revelação; perfeita e prudente harmonia entre a investigação pessoal e o respeito à Tradição; harmônica unidade entre a observação e a especulação racional, entre a análise e a síntese.¹²⁸

Para o Pe. Ballarin, a filosofia tomista, desprezando o seu desajuste numa sociedade cada vez mais autônoma da Igreja, representaria essa característica de união: “unicamente a Filosofia de Santo Tomaz soube conservar – através das constantes ruínas dos sistemas que temos constatado nos três últimos séculos – a estabilidade de

¹²⁶ Esse texto está dividido em três partes, na primeira o Pe. Ballarin relata os dados biográficos do Cardeal Mercier. Na segunda parte são destacadas as habilidades e qualidades do Cardeal, enquanto educador e filósofo, e por fim, na última parte, explica-se a filosofia por ele seguida. Nos limites dessa pesquisa, a última parte desse discurso é a mais pertinente pelo fato de explicitar a importância da filosofia neotomista entre os pensadores católicos. REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. O Cardeal Mercier. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939.

¹²⁷ Idem, p. 32.

¹²⁸ Idem, p. 34/5.

suas primeiras teorias e afirmações, encontrando-se por isso, de presente, suficientemente sólida para servir de base e princípio de unidade aos resultados obtidos pelas ciências modernas”.¹²⁹

Em todo o texto, o Pe. Ballarin demonstra o quanto a “filosofia moderna” é, em sua opinião, inconsistente, reflexo do mundo liberal fragmentado, enquanto a filosofia neotomista representaria o oposto, ou seja, uma base sólida em que esses pensadores católicos pudessem depositar suas expectativas do retorno a uma sociedade mais cristã.

Esse Curso de Filosofia foi considerado a base da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, atualmente agregada à Universidade Federal do Paraná, pelo fato de ter fornecido subsídios para os futuros professores dessa instituição: “Situação preciosa, pois, a obra Bandeirante não foi indiferente à fundação da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e letras, no nosso meio; nascida a idéia, de suas fileiras foram recrutados elementos docentes, afeitos ao estudo de disciplinas, que constituíam o curriculum da nova unidade de ensino superior”.¹³⁰

No início de 1938, alguns intelectuais de Curitiba foram convocados pelos professores Omar Gonçalves da Mota, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga para uma reunião que daria origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e Instituto de Educação Anexo. Entre os presentes estavam José Loureiro e Mário Braga Abreu, ambos sócios do CEB, e o Pe. Jesus Ballarin.¹³¹

Os integrantes do CEB atribuíram à Faculdade a responsabilidade de formar educadores e uma “elite de dirigentes”. Essa elite seria responsável, pela unidade do país e pela construção da brasilidade, possuindo a função cultural de despertar a consciência nacional, preservando as singularidades regionais. Os profissionais que a

¹²⁹ Idem, p. 37.

¹³⁰ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Jubileu de Prata do Círculo de Estudos “Bandeirantes” 1929 - 1954. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954, p. 562. Nessa apresentação José Loureiro relembrou os fatos marcantes na história da instituição, como o envolvimento na fundação dessa faculdade. Anexo 4 – Professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938/1940).

¹³¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 26 fev.1938**. Livro ata da Congregação da Faculdade, 1938 a 1946.

Faculdade formaria estariam capacitados para recuperar a unidade social, contrapondo-se ao mundo fracionado e desunido.

Importante destacar que, a fundação da Faculdade de Filosofia ocorreu quatro anos após o Primeiro Congresso Católico da Educação, em que, como mencionado anteriormente, Amoroso Lima reforçou a missão dos intelectuais católicos, de envolver-se com a fundação de Faculdades de Filosofia, com o objetivo de aumentar a influência do catolicismo no meio social.

É evidente, portanto, encontrarmos no seio dessa Faculdade a presença decisiva de um grande número de padres¹³² e de membros do CEB¹³³, entre os seus fundadores e professores.

Em 1939, impossibilitada de cumprir com as exigências do Conselho Nacional de Ensino para o seu reconhecimento, a Faculdade passou a ser mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino, sob a responsabilidade dos Irmãos Maristas,¹³⁴ assumindo definitivamente um posicionamento católico e conservador em seu regimento:

para melhor definir as diretrizes que a Faculdade deve imprimir ao seu plano educacional, ficou estabelecido que os senhores professores, de acordo com as prescrições legais vigentes, não se afastarão dos programas de suas cadeiras, mantendo, em prestígio da cátedra, uma norma de respeito e deferência para com os princípios fundamentais da União Brasileira de Educação e Ensino, *bem como quanto aos postulados cristãos de sua orientação espiritual, seguindo, em tudo quanto se*

¹³² Entre os professores componentes da Faculdade foram mencionados em ata os padres: Jesus Ballarin, Jerônimo Mazzarotto, João Batista Engler de Castro, José Gonzáles, Euripedes Olympio de Oliveira e Souza, Félix Diaz, Frei Romualdo Hansaul, Artidório Aniceto Lima, Augusto Fonseca, tanto como professores catedráticos, como assistentes. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 3 ago.1939**. Livro ata da Congregação da Faculdade, 1938 a 1946.

¹³³ Os sócios do CEB que compunham o quadro docente da faculdade eram: Arthur Ferreira Santos, José Loureiro Fernandes, Arthur Martins Franco, Homero de Barros, Brasil Pinheiro Machado, Rosário Farani Mansur Guérios, Joaquim de Mattos Barreto, Valdemiro Teixeira de Freitas, Bento Munhoz da Rocha Netto, José Farani Mansur Guérios, Osvaldo Piloto, Liguaru Espírito Santo, Manuel Lacerda Pinto, Flávio Suplicy de Lacerda, Algacyr Munhoz Maeder, Hostílio César de Sousa Araújo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 3 ago.1939**. Livro ata da Congregação da Faculdade, 1938 a 1946.

¹³⁴ Irmãos Maristas é uma das congregações que vêm para Curitiba no início do século XX e fundam o Colégio Santa Maria.

*relacionar com as disciplinas dos diferentes cursos, uma conduta de elevado aceitamento às tradições católicas do povo brasileiro.*¹³⁵

Anos depois, em 1954 durante as comemorações dos 25 anos do CEB, o Curso de Filosofia era uma lembrança sólida para esses pensadores, que ainda manifestam resistência frente a secularização da sociedade: “foi de fato, extraordinário, que na dispersão e na anarquia do pensamento moderno, pudéssemos ter a felicidade da disciplina filosófica.”¹³⁶

Outros exemplos dessa lembrança revelam-se em dois momentos. O primeiro refere-se à aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, no ano de 1945, quando Liguarú Espírito-Santo afirmou que a educação deveria estar voltada para a formação integral do homem:

A plenitude humana, o homem completo, como tal, não fracionado, não dividido, não decomposto, não fragmentado, não o homem-animal, de Spencer; (...) não o homem-do-Estado, de Hegel; não o homem da tradição, de Bonald; não o homem-econômico, de Marx; não o homem-social, de Durkheim; (...) mas todas essas frações, todos esses prismas de homem no homem-Homem, isto é, aquelas três vidas, a dos sentidos, a da razão e da alma, como vida total da pessoa humana, devidamente hierarquizadas para a existência da tranqüilidade da ordem, pela soberania de um justo governo voluntário, numa paz ativa e fecunda, eis o papel da educação para a consecução da plenitude humana.¹³⁷

O segundo momento exprime-se no pronunciamento de Bento Munhoz da Rocha Netto, então governador do Estado, no discurso de encerramento da III Semana de Intelectuais Católicos, realizada em Curitiba no ano de 1954. Em síntese, sua afirmação é que: seria impossível dissociar o conceito de liberdade do conceito de pessoa, visto que também o homem um misto de material e espiritual, ele é complexo e uno. Mais adiante, no seu texto, Bento amplia seu conceito de integral para além da

¹³⁵ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba. **Ata da reunião realizada no dia 3 ago.1939.** Livro ata da Congregação da Faculdade, 1938 a 1946. Sem destaque no original.

¹³⁶ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. O Círculo de Estudos “Bandeirantes” em 25 anos de existência. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954, p. 767.

¹³⁷ Citado por SCHERNER, L. Liguaru Espírito Santo: uma tese viva sobre educação. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 maio 1987.

pessoa, afirmando que a organização política e social possui vínculos com a espiritual.¹³⁸

Percebe-se, assim, a necessidade desses pensadores em resgatar uma filosofia com base nos valores católicos, onde as dicotomias do ser humano e das idéias pudessem ser eliminadas. No entanto, o neotomismo representaria um retrocesso, um resgate de valores medievais superados incompatível com o contexto histórico do século XX de desenvolvimento, de urbanização e de industrialização.

As doutrinas conservadoras do neotomismo ultrapassaram os limites do Curso de Filosofia e do próprio CEB, servindo de apoio e norte para o posicionamento desses pensadores, que certamente possuem uma influência intelectual na sociedade curitibana.

3.2 A simpatia aos valores políticos ligados ao autoritarismo

No projeto intelectual do CEB, detecta-se a simpatia de alguns de seus membros às idéias autoritárias. Apesar da localização de apenas um texto sobre esse assunto, ele torna-se relevante pelo fato de ter sido escrito pelo então presidente, além de bem aceito entre os sócios e publicado na Revista da instituição. Trata-se do texto de Bento Munhoz da Rocha Netto, “Divagações sobre a democracia”, analisando a obra de Rudolf Laun, **A Democracia**,¹³⁹ comentado na revista da instituição.

Na opinião de Bento o tema é importante pelo fato de existirem momentos em que uma maioria se autodenomina “democrata”, que em outros, se afirma a falência da democracia, ou ainda, que se questiona a sua existência. Independente das circunstâncias, o tema foi considerado pertinente.

Nesse texto, ao mesmo tempo em que foram explicadas, também foram criticadas as teorias defendidas por Laun, o que revela um posicionamento de resistência frente às idéias democráticas, por parte de Bento. Seu texto foi construído

¹³⁸ DISCURSOS E CONFERÊNCIAS: Bento Munhoz da Rocha Netto, 1951-1955. Curitiba: Imprensa Oficial.

¹³⁹ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Divagações sobre a democracia. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939.

de forma comparativa entre: a democracia francesa, defendida por Laun, e o autoritarismo fascista defendido por ele mesmo.

Na leitura de Bento, Laun teria desenvolvido o tema da democracia sob dois aspectos, o sociológico e o jurídico. De acordo com o aspecto sociológico, aponta e elogia a França como um país democrático, onde a vontade da maioria vigoraria. Ele afirma que, as massas eram incapazes de se autogovernarem, precisando, assim, de dirigentes, mas não como Stálin ou Mussolini, considerados, por Laun, como “dominadores”. Nos países democráticos o conceito de direção deveria ser de extrema importância, pressupondo que a população deveria obedecê-la, por estar pautada na confiança e na consciência coletiva. Se essa situação de confiança não existisse, a população poderia afastar o dirigente do poder. Laun mostra também que, na Itália, era o predomínio do medo e não da consciência coletiva que mantinha Mussolini no poder.

Sobre essas idéias de Laun, Bento teceu várias críticas. Primeiramente, afirmou que nem sempre nos países democráticos é a vontade da maioria que vigora, apontando o mesmo exemplo da França, utilizado por Laun, país em que as mulheres haviam conquistado recentemente o direito de voto.

Outro ponto criticado foi com relação à associação entre “democracia-confiança-consciência coletiva”. Para Bento, a confiança também era uma característica de regimes totalitários, como o fascismo, e havia sido formada pela conscientização coletiva, como nos estados democráticos:

o povo italiano tem muito mais confiança no seu governo do que o francês. Ha muito mais contacto entre o governo italiano e o seu povo, que entre governo e povo, na França. Si ao povo italiano é vedado o direito de tirar dos dirigentes, o seu poder, esse direito mesmo que existisse, não seria utilizado simplesmente porque há confiança. (...) A maquina educativa, unitaria e homogenea, desperta uma conciencia coletiva, que penso existir na Italia, em gráu mais elevado que em qualquer regime chamado democratico. ¹⁴⁰

Bento afirmou não estar criticando o aspecto sociológico da análise do conceito de democracia em si, mas a maneira como Laun o utilizou. Assim, o maior problema

¹⁴⁰ Idem, p. 47.

dessa análise vem a ser o fato de o autor ter desprezado a concepção integral e neotomista, afirmando que:

estudar o homem, composto substancial do tomismo, considerando-o separado e independentemente, nos seus elementos essenciais, é desprezar de um modo lamentável, a objetividade da ciência. Faz-se mister transformar o seu elemento essencial próprio que é a sua diferença específica em diferença de gradações. É reduzir a atividade inteligente à altura de um instinto diferente. É extinguir a liberdade, consequência necessária da inteligência, porque tem a sua raiz na concepção do universal.¹⁴¹

Do ponto de vista jurídico, segundo Bento, Laun afirmou que o domínio universal do papado era um ideal contrário à democracia. Esse é um dos pontos mais severamente criticado:

este é o setor mais sombrio do livro de Laun, irrecusavelmente uma altíssima inteligência, de larga cultura e sólidos recursos, de quem portanto era lícito esperar, outra compreensão. (...) As palavras alinhadas por Laun, torcem-se descolocadas, inquietas, por não estarem na posição conveniente. Foram creadas para significação humana, para exprimirem um sentido humano de vida, com todas as suas precariedades, mutações, instabilidades, limites e contingências, e ele as joga à esfera divina onde o tempo não conta.¹⁴²

Ainda desse ponto de vista jurídico, Laun teria considerado a “democracia burguesa a máxima amplidão primitiva de vontade das massas”, não considerando a Itália fascista um modelo de democracia. Para rebater tais idéias, Bento reportou-se às concepções de Amoroso Lima sobre a burguesia, não restringindo a aplicação do termo apenas à economia: “a burguesia não se limita apenas ao campo econômico, mas constitui uma filosofia, uma concepção de vida, no sentido de que em todas as suas manifestações, a burguesia possui uma expressão própria”.¹⁴³

Bento referenciou Tomás de Aquino, Jacques Maritain e Amoroso Lima, em várias passagens de seu texto, revelando que não se despreendeu de suas convicções neotomistas ao analisar as idéias de Laun.

¹⁴¹ Idem, p. 48.

¹⁴² Idem, p. 51.

¹⁴³ Idem, p. 55.

Essa simpatia de Bento pelo estado fascista pode ser mais bem compreendida se pensarmos o contexto histórico dos anos de 1930 e 1940. Como já mencionamos, o período entre-guerras, foi marcado pelo declínio da sociedade burguesa, onde os valores da razão, da ciência, do progresso, da liberdade individual e da democracia passaram a ser questionados. Esse questionamento tinha por alicerce as instituições políticas de direita, notadamente, o fascismo. O regime de Mussolini significava a ameaça ideológica ao liberalismo individual, resgatando a ordem tradicional e o regime conservador. No Brasil, as idéias autoritárias repercutiram de forma significativa, tanto em partidos de direita, como a AIB, como no perfil do governo de Vargas.

Nessas circunstâncias, quando a prática do autoritarismo parecia ser uma alternativa viável para o catolicismo, frente ao individualismo burguês e o ateísmo comunista, a resistência às idéias democráticas inspirou os círculos católicos.

Para esses católicos militantes, o autoritarismo e a filosofia neotomista significavam a resposta ao perigo da revolução comunista, como também a superação de valores liberais baseados exclusivamente na razão e no individualismo. É importante destacar, também, que a democracia era interpretada como sendo a representante do “mundo moderno”.

3.3 A formação da identidade regional

Desde o século XIX, e mais intensamente nos anos de 1920 e 1930, uma das responsabilidades que muitos intelectuais brasileiros se auto-atribuíram era a reflexão sobre a identidade, nacional e regional. No CEB, a questão da identidade regional foi tema que provocou constantes debates.

A preocupação com a construção da identidade paranaense não era exclusiva aos membros do CEB. A fundação da Universidade do Paraná, em 1912, que uniu interesses de dois grupos, um liderado por Vitor Ferreira do Amaral, ligado às elites tradicionais paranaenses, e outro liderado por Nilo Cairo, representante dos

positivistas; deu-se em defesa dos interesses regionais e com o objetivo maior de criar a identidade entre população e a terra.¹⁴⁴

No entanto, desde o século XIX, existia no Paraná um movimento regionalista, base da Emancipação Política do Estado (1853), que originou o Movimento Paranista, de grande importância nos anos de 1920 e 1930.

Os integrantes desse movimento tinham por objetivo inventar e divulgar a história regional que, segundo eles, por possuir lacunas, deveria ser preenchida com lendas de um passado glorioso e heróico. Para o CEB, essa heroicidade deveria ser ampliada para toda a população paranaense, qualificada como “corajosa”, “impetuosa” e “trabalhadora”, que contribuiu para o progresso não só da região, mas, do país. Na revista (de set. 1936) encontramos o seguinte texto: “o paranaense não teme o perigo, desconhece o medo e afronta a morte impavidamente e não curva a cerviz. (...) O Paraná, é o celeiro formidável de homens, de laboriosidade grandeza econômica e política do Brasil; é o cerne viril e patriótico ao serviço da Pátria, é a reserva com a qual ella póde contar e confiar.”¹⁴⁵

Dessa forma, a proposta dos membros do CEB para a formação de uma identidade regional era influenciada por essas idéias do Movimento Paranista, que passaram a colaborar com a invenção e a propagação de fatos que glorificaram o estado e seus habitantes.

Romário Martins, sócio do CEB, era um dos historiadores de destaque do Movimento Paranista. A sua obra tinha como objetivo forjar símbolos que identificassem o Paraná e integrassem os paranaenses, contribuindo para a formação de uma história regional ligada à nacional. Segundo Szvarça,¹⁴⁶ a obra de Romário

¹⁴⁴ WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate**. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 39.

¹⁴⁵ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba e o seu evoluir; sua população e suas tradições e costumes; aberturas e lutas de seus habitantes. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.3, set. 1936, p. 239/40.

¹⁴⁶ SZVARÇA, D. R. **O forjador; ruínas de um mito**: Romário Martins, 1893-1944. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 7/29.

criou uma história mítica, adicionando fatos para preencher o tempo vazio e homogêneo, inventando um passado vultuoso.

Não podemos deixar de mencionar que a preocupação com a formação da identidade nacional também acompanhou os artistas e os intelectuais que, em 1922, promoveram a Semana de Arte Moderna¹⁴⁷ para comemorar o, não menos nacional, centenário de independência do país.

A Igreja Católica participou dessas comemorações por meio de uma Carta Pastoral. Nela, D. Leme reforçou que o “espírito cívico” e de brasilidade dominava a Igreja.¹⁴⁸ A partir da celebração do centenário da Independência, a Igreja assumiu uma posição mais sensível quanto à questão da identidade nacional, enfatizando a união entre fé católica e pátria brasileira.¹⁴⁹

Até 1924, o grupo modernista tentou manter a unidade do movimento, no entanto, por divergências ideológicas, acabou por dividir-se em várias vertentes. Devido à convicção política de cada grupo e à radicalização com relação aos temas brasileiros, essas vertentes eram, muitas vezes, contraditórias.¹⁵⁰

Assim, nos limites dessa pesquisa, privilegiamos tanto as propostas do Movimento Paranista, como as do grupo modernista Nhem-Gaçu Verde-Amarelo pela similaridade de pensamento com os integrantes do CEB.

Em concordância com o Movimento Paranista, os pensadores do CEB destacaram a presença do indígena na formação da identidade regional. Nesse sentido, Romário Martins publicou, na revista da instituição, uma espécie de dicionário onde

¹⁴⁷ Nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, realizou-se no Teatro Municipal de São Paulo, um evento que ficou conhecido como a Semana de Arte Moderna. Participaram, dentre outros, os escritores Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti Del Picchia; os pintores Di Cavalcanti e Anita Malfatti; os músicos Heitor Villa-lobos e Guiomar Novaes. A maior parte das apresentações da Semana foi vaiada pela platéia, mesmo assim, os modernistas lançam a idéia de se fazer uma arte genuinamente nacional, combinando as tendências artísticas mundiais com as raízes culturais brasileiras.

¹⁴⁸ CASALI, A. Op. Citada, p. 82.

¹⁴⁹ AZZI, R. Trajetória da educação católica no Brasil...

¹⁵⁰ TELES, G. M. **Vanguarda européia e modernismo brasileiros**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. Petrópolis: Vozes, 1997, p.33.

foram relacionadas aproximadamente 250 palavras indígenas e seus significados.¹⁵¹ Em outro artigo, abordou a localização e os costumes, ainda que de forma superficial, de mais de 50 tribos, divididas em grandes grupos: os tupis, os crêns e os gêns.¹⁵²

Num terceiro artigo, Romário relatou a história da província Índio-cristã do Guayra, enaltecendo a atuação jesuítica e idealizando o índio:

Em 1588 Ortega e Filds percorreram a província de Guayra, e, de volta á Assumpção, informaram á Salonio, então seu provincial, a existência de 200.000 índios na vasta região “que pareciam cidadãos talhados para o reino dos céos”. (...) “No dia da festa apinhou-se a igreja de gente, de sorte que muitos tiveram que ficar fora. Depois da missa cantada começaram as danças apropriadas. Muito agradaram uns rapazes pintados e adereçados com gosto, que vieram em nome dos tuxavas principaes do povo com seus presentes de papagaios, perdizes, porcos, tatus e outros animaes para offertal-os ao Santo”.¹⁵³

Esses textos são exemplos da importância atribuída pelo CEB ao estudo dos indígenas, à sua história e à sua cultura; vinculando, assim, a colaboração desse povo na formação do povo brasileiro e da identidade nacional.

O índio, concebido de acordo com os pressupostos do romantismo indianista do séc. XIX e do Movimento Paranista, tinha suas características físicas, morais e intelectuais exaltadas, e sua ordem social reveladoras de seu potencial civilizador.

Paralelamente à valorização dos indígenas, o CEB atribuiu aos jesuítas um papel fundamental na formação da identidade regional. O padre jesuíta mais destacado foi Anchieta, considerado o “símbolo perfeito”, aglutinando em sua personalidade, segundo Heitor Stockler, três qualidades: herói, santo e apóstolo:

APOSTOLO!
E esse nome ecôa pelo mundo.
SANTO!
E esse nome augusto é venerado.

¹⁵¹ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Toponomástica indígena do Paraná. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.1, set. 1934, p. 21/36.

¹⁵² REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Distribuição geográfica das tribus indígenas. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.5, abr. 1938, p. 402/16.

¹⁵³ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Província índio-cristã de Guayra. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.3, set. 1936, p. 187/203.

HEROE!
 E esse nome é rutila bandeira!
 HEROE – SANTO – e APOSTOLO,
 Excelsa triologia,
 Um símbolo perfeito,
 Para esculpir-se em luz, dentro de um poema.
 E foi com êle n'alma, em ascensão gloriosa,
 Que ANCHIETA culminou na historia do Brasil! ¹⁵⁴

Em outro artigo em homenagem a Anchieta, o autor Liguarú Espírito-Santo comparou a sua atuação a uma lição de fé e civismo, reforçando a importância da identidade:

Intrépido missionário, que nos braços acalentou a minha Pátria estremecida e lhe firmou os primeiros passos rumo à conquista dos seus altos e imortais destinos; não fora o sincero e cordial agradecimento que devo, como brasileiro e mesmo simplesmente como homem, ao insigne arauto do Evangelho, a cujo verbo esplenderam na selva desta parte do continente americano os primeiros clarões da civilização – certo não me abalancharia a rememorar agora neste recinto a obra magnífica do “Apóstolo do Brasil”, arquiteto-mór da nacionalidade – o Venerável Padre JOSÉ DE ANCHIETA. ¹⁵⁵

Outro ponto que aproxima os pensadores do CEB das propostas do Movimento Paranaense encontra-se na publicação da coluna de Francisco Negrão, “Ephemérides Paranaenses”, na revista da instituição. Ela chega a ocupar a metade das páginas da revista, o que revela sua importância.

Nessa coluna, Francisco Negrão selecionou fatos e personagens da história paranaense, julgando-os significativos e atribuindo-lhes um caráter glorioso e heróico. Percebe-se, no entanto, que Negrão tem a pretensão de elencar todos os fatos, fazendo uma história total.

Entre os membros do CEB, essa rubrica teve ampla receptividade. Bento Munhoz da Rocha Netto, em homenagem póstuma a Francisco Negrão, enalteceu seu trabalho de historiador e elogiou seu posicionamento paranaense ao escrever a coluna:

¹⁵⁴ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Padre “Anchieta”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.5, abr. 1938, p. 463.

¹⁵⁵ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Anchieta. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939, p. 7.

Francisco Negrão foi sobretudo o historiador, o homem das construções beneditinas, das pesquisas emaranhadas, intermináveis, das indagações de ambiências e episódios indecifrados. Foi o apaixonado dos arquivos em busca de um documento elucidativo de uma atitude, o enamorado da verdade difícil, a quem satisfazem os obstáculos pelo prazer de vencê-los, para esclarecer, para ventilar, e pôr cada coisa no seu lugar, e dar a cada um o que lhe pertence. (...) Francisco Negrão foi um professor de paranismo.¹⁵⁶

O grupo modernista Verde-Amarelo (originário do Movimento de 22) em sua proposta de construção de uma identidade nacional destacou a geografia, por revelar a grandeza do Brasil e toda a sua potencialidade e riqueza. Somente por meio do conhecimento dos acidentes geográficos poderia chegar-se à história e à brasilidade.¹⁵⁷

Outro destaque de brasilidade foi o índio tupi. Simbolizando o “sentimento de humanidade” os verde-amarelos afirmavam a “diluição do sangue tupi no da gente nova”, expressando a “força e a bondade dos brasileiros”, como também o “nacionalismo sadio”.¹⁵⁸

No entanto, a maior similaridade de idéias entre os pensadores do CEB e o grupo Verde-Amarelo está na exaltação à atuação dos bandeirantes. Evidentemente, não é pretensão dessa pesquisa discorrer sobre os estudos em torno da figura do bandeirante, qualificada ora como heróica, ora como vilã. Nos propomos a mencionar a aproximação das idéias no que refere a uma identidade regional, entre os membros do CEB e esse grupo que, preocupado com a questão da brasilidade lançou os pressupostos do que seria uma identidade nacional. Escolhendo o bandeirante paulista como o símbolo da nação, por ser a representação da bravura, da heroicidade e do desbravamento, esses pensadores forjaram um mesmo modelo.

¹⁵⁶ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Francisco Negrão. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n. 5, abr. 1938, p. 343/9.

¹⁵⁷ VELLOSO, M. P. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista” Estudos Históricos. FGV, Rio de Janeiro, 06/11, 1993, p. 108/9.

¹⁵⁸ Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo – Manifesto Verde-amarelismo ou da Escola da Anta IN: TELES, G. M. Op. Citada, p. 361.

Para os verde-amarelos, os bandeirantes teriam enfrentado os perigos, conquistando espaços e ampliando a geografia da nação, tornando-se verdadeiros heróis-geográficos.¹⁵⁹

Para Cassiano Ricardo, integrante do grupo Verde-Amarelo, o bandeirante não era um herói apenas por ser valente e destemido, mas por ser o responsável em executar, legislar e julgar a vida civil de sua tropa, tornando-se “um conciliador de interesses”; estando, por isso, presente na formação do Estado Brasileiro. Os caminhos, não apenas geográficos, mas também sociais abertos pelos bandeirantes levariam ao “sentido de brasilidade”.¹⁶⁰

É importante salientar que Cassiano Ricardo forjou o conceito de “atos de bandeirismo”, expressos na cultura brasileira, e aqueles que o desenvolveriam eram os “bandeirantes”. Para este autor, é principalmente o Paraná que reviveria o tipo social do bandeirante, o desbravador que teria por objetivo maior a integração nacional.

Outro integrante do grupo Verde-Amarelo, Menotti del Picchia, abriu a noite de 17 de fevereiro da Semana de Arte Moderna com um discurso enaltecendo aos bandeirantes, identificando-os com os intelectuais engajados nesse movimento: “queremos escrever com sangue – que é humanidade, com eletricidade – que é movimento, expressão dinâmica do século, com violência – que é energia bandeirante”.¹⁶¹

Assim, aproximando-se das idéias do grupo Verde-Amarelo sobre a identidade nacional os integrantes do CEB enalteciam as bandeiras paulistas. A escolha do nome da instituição – Círculo de Estudos “Bandeirantes” – é uma homenagem a esses “heróis nacionais”. E ultrapassando os limites dessa homenagem, esses pensadores se autodenominaram “bandeirantes”, revelando a identificação do grupo com os “heróis paulistas”. Eles também consideraram a fundação da instituição como sendo uma “bandeira”.

¹⁵⁹ VELLOSO, M. P. “A brasilidade verde-amarela...”, p. 108.

¹⁶⁰ RICARDO, C. **Marcha para oeste**. V 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 624.

¹⁶¹ DEL PICCHIA, M. **A semana revolucionária**. Campinas: Pontes, 1992, p. 22.

Para esses pensadores, os bandeirantes paulistas seriam bravos e destemidos. Se apropriando do conceito de “bandeirantes sociais” de Cassiano Ricardo, eles buscaram tornar-se igualmente verdadeiros desbravadores da intelectualidade curitibana.

Em um texto na revista da instituição, Bento afirma que o CEB era “desbravador, como os bandeirantes, abriu clareiras na massa de preconceitos medularmente burgueses, retalhos de ideologias liberais agnósticas”.¹⁶²

Esse enaltecimento da personalidade dos bandeirantes serviu também de referência para evocar o principal idealizador da instituição, o Pe. Miele. Segundo Liguarú Espírito-Santo:

àquele que idealizou, fundou, organizou, por anos conduziu com mão firme de timoneiro experimentado, e sempre foi a bússola, o nune tutelar, a estrela polar, o fanal, a nortear a rota, a iluminar a senda das jornadas desta companhia, enfim, o chefe da “bandeira” que orientou as “entradas” para as pacíficas conquistas do estudo e da cultura, abrindo com o “diamante” da verdade as ricas minas das “esmeraldas” das inteligências e dos “rubis” dos corações: - o mui Reverendíssimo Sr. Padre LUIZ GONZAGA MIELE!¹⁶³

O Pe. Miele escolheu o nome da instituição e justificou essa escolha porque associou a coragem dos seus fundadores à coragem dos bandeirantes paulistas. O meio selvagem e o perigo das florestas, enfrentado pelos bandeirantes, foram comparados ao meio intelectual de Curitiba, considerado laico por esses pensadores católicos. Em seu discurso de inauguração da instituição afirmou:

‘Bandeirantes’ – por quê? Porque na história do Brasil têm êsse nome os audazes desbravadores dos sertões, que, menosprezando o comodismo citadino e o despreocupado viver das primeiras aldeias litorâneas, galgaram montanhas, transpuseram cordilheiras, abriram picadas em matagais impérvios atravessaram campos e vadearam caudalosos rios, alargando assim as fronteiras da que seria mais tarde a grande pátria brasileira.

‘Aos que tomaram um dia a iniciativa de fundar em Curitiba um Círculo de Estudos, espontaneamente lhes acudiu o nome genérico daqueles vanguardeiros da civilização em terras sul-americanas.

¹⁶² REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Círculo de Estudos “Bandeirantes”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939, p. 3.

¹⁶³ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Discurso na cerimonia inaugural o bronze em homenagem ao Conselheiro Fundador Pe. Luiz Gonzaga Miele. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n. 4, set. 1949, p. 551.

‘Bandeirantes! Pois não era, acaso, o projetado Círculo uma nova ‘bandeira’ sui generis, que se arrojava para os sertões do saber, a cata das verdes esmeraldas e das áureas pepitas da verdade; a prear selvagens instintos para trazê-los ao batismo da fé e a regeneração da graça; a arcabular o erro e trucidar o sofisma – féra e serpente que se acoitam nas cordilheiras do orgulho e nas cavernas da ignorância? Sim, bandeirantes – de novo gênero, mas da velha estirpe’, - que nos arrojam a levar a nossa modesta contribuição a todos os homens de vontade, que procuram abrir caminho á caravana do Direito e da justiça, aos vanguardeiros da verdade e do bem, a todos os que visam salvaguardar a sociedade.¹⁶⁴

Reforçando o ideal de bravura dos bandeirantes, Arthur Martins Franco, sócio do CEB, considerou-os como uma “raça admirável”, capaz de abandonar a família para a conquista do “sertão apavorante”:

E, quando o Governo da Metrópole, desprovido de recursos, sob a ameaça iminente dos Castelhanos, no Sul, na segunda metade do século XVIII, teve necessidade de se precaver da invasão desses irriquietos visinhos, precedendo-os na ocupação dos sertões do Brasil meridional, refértos do aborigene hostil e de fêras bravias, foi a esses destemidos povoadores que recorreu para exigir-lhes o sacrificio maximo de sua vidas, do abandono de seus lares e dos seus interesses para a realização dessas entradas temerarias pelo sertão a dentro, ignoto e apavorante.¹⁶⁵

Em outro artigo da revista, Lacerda Pinto mencionou um poema de Olavo Bilac em homenagem ao bandeirante, “caçador de esmeraldas”, Fernão Dias Paes Leme, onde novamente foi comparada a fundação da instituição a uma “bandeira”, em que foram necessárias a bravura e a coragem de alguns pensadores para a sua prosperidade.

Continua sua comparação afirmando que os membros do CEB também eram “caçadores de esmeraldas”, transferidas para a esfera moral:

havia tambem, no dominio espiritual, esmeraldas ainda ocultas no seio da terra ou no leito profundo dos rios; (...) havia erros tremendos a dissipar com o jorro invencível da luz da verdade; havia tanto que fazer! Podeis transportar à esfera moral, em metáforas múltiplas, todas as dificuldades e lutas que os bandeirantes brasileiros encontraram no mundo físico, e tereis justificados o nome do Círculo, que deu origem, por natural derivação ao nome de **bandeirantes**, que a nós mesmos nos fomos emprestando.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Idem, p. 553.

¹⁶⁵ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Bandeirantes no Paraná. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n. 1, set. 1934, p. 40.

¹⁶⁶ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Discurso. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939, p. 106.

Para Lacerda Pinto, as “esmeraldas” descobertas pelo CEB não seriam ilusão como as de Fernão Dias, e sim realidade devido à intensa e eficiente atuação dos seus membros nos dez primeiros anos de vida social da instituição.

Outro ponto de aproximação entre a proposta de brasilidade do grupo Verde-Amarelo e a formação da identidade regional do CEB é a relação entre as bandeiras e a geografia. Assim, Arthur Martins Franco, privilegiou a hidrografia paranaense, sendo mencionado em seu texto, o nome e a localização de diversos rios, navegados e conquistados pela “bravura bandeirante”.¹⁶⁷ A revista publicou também um estudo, de Romário Martins, sobre as quatro bacias fluviais do Paraná, descrevendo os rios principais e afluentes em sua extensão, largura e localização, relacionando-os às bandeiras.¹⁶⁸

Os membros do CEB também se preocuparam com a recuperação das tradições populares, a valorização de autores paranaenses, como também, em formar um arquivo com documentos sobre a história do estado. Entre eles, essa atitude foi interpretada como uma colaboração da instituição para a formação da identidade regional.

Em todos os textos citados é nítida a preocupação desses pensadores em forjar uma história heróica para o estado e, como desdobramento, uma identidade para o paranaense.

¹⁶⁷ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Bandeirantes no Paraná. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.1, set. 1934.

¹⁶⁸ REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. As quatro bacias fluviais do Paraná. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.2, ago. 1935, p. 112/9.

4 CONCLUSÃO

A fundação do CEB se deu num período em que a Igreja Católica no Paraná já estava mais fortalecida e as idéias anticlericais não representavam mais uma ameaça. A sua atuação tem, assim, por objetivo reforçar a catolicidade da população da cidade.

No momento de sua fundação, a sociedade curitibana estava receptiva à fundação e funcionamento de uma instituição como o CEB, não apenas pelo ambiente laico que se formava, mas fundamentalmente pela simpatia às idéias conservadoras.

Para tanto, a instituição foi fundada como um espaço cultural, com o objetivo de formar intelectual e moralmente seus sócios. A partir dessa formação, seus membros disseminariam os ideais católicos para a população, por meio de eventos culturais e principalmente pela sua atuação na área educacional.

Os membros do CEB desempenharam, assim, um papel ativo na vida cultural da cidade, sendo pessoas respeitadas e reconhecidas no meio social e intelectual de Curitiba. Devido a essa influência, as suas propostas, que perfazem o projeto intelectual da instituição, eram bem recebidas pela elite conservadora.

A característica mais significativa desse projeto, contradizendo a tendência de secularização da sociedade, é possuir como alicerce, em concordância com a política ultramontana da Igreja Católica, o neotomismo, uma filosofia de princípios medievais, orientadora de suas reflexões e ações.

No entanto, esses pensadores nada acrescentaram à inteligibilidade da filosofia neotomista. Apenas reafirmaram o posicionamento e as idéias de outros pensadores, principalmente Alceu Amoroso Lima, utilizando, inclusive, os mesmos termos.

Enquanto simpatizantes e propagadores da filosofia neotomista, tanto por meio do Curso de Filosofia ministrado nas dependências da instituição, como em suas aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, o projeto intelectual desses pensadores é conservador, compatível com o ambiente de Curitiba. O conservadorismo da cidade contribuiu de maneira decisiva para a fundação e funcionamento do CEB até os dias atuais.

Como exemplo dessa postura conservadora podemos mencionar a eleição de Plínio Salgado, em 1955, para Presidente do país. Candidato pelo Partido de

Representação Popular – PRP, durante toda a campanha, Plínio Salgado reproduziu um discurso essencialmente autoritário, muito próximo do utilizado quando integrante da Ação Integralista Brasileira – AIB. Simpatizando com essas idéias, a população curitibana elegeu Plínio em suas quatro zonas eleitorais, com 39,76 % dos votos.¹⁶⁹

O conservadorismo e a simpatia às idéias autoritárias são explícitas no projeto intelectual desses pensadores, não apenas pelo fato de o terem embasado numa filosofia medieval, mas também, pela identificação com idéias e valores mantenedores da ordem.

Outra proposta desse projeto, e à qual destinaram grande número de artigos na publicação da instituição, é a de formação de uma identidade regional. Em suas reflexões em torno desse tema, os membros do CEB partilharam das idéias do Movimento Paranista, atribuindo um caráter heróico à história e ao povo paranaense, e do grupo modernista Verde-Amarelo, glorificando a atitude dos bandeirantes paulistas.

Esse projeto intelectual possui, também, marcadamente um caráter elitista. Iniciando seus trabalhos entre um reduzido número de pensadores da cidade, o CEB direcionou o seu projeto para uma camada mais esclarecida. Com essa atitude visava à formação de uma elite pensante e de dirigentes, militante dos ideais católicos.

Os textos desses pensadores, matéria-prima para a análise de seu projeto intelectual, revelaram-se sem originalidade e marcados pelo empréstimo de idéias, sendo uma reunião de trechos de obras de vários autores. É inexistente a reflexão sobre as idéias que reproduzem, seus textos são uma compilação, pecando pela falta de autenticidade.

Por meio de textos redundantes e pouco esclarecedores, o projeto intelectual do CEB é ratificador da filosofia neotomista, das idéias paranistas e verde-amarelistas, revelando-se nitidamente católico, conservador e elitista.

¹⁶⁹ Segundo Szvarça e Cidade, nesse período a população de Curitiba passou por uma crise de identidade, ocasionada pela “invasão” de uma nova população, de diferentes origens e expectativas, associada, muitas vezes, ao especulador e aventureiro. Essa situação poderia ter reforçado a sua simpatia por um discurso autoritário, como o de Plínio Salgado. SZVARÇA, D. R. CIDADE, M. L. O voto “verde” em Curitiba. **História: questões e debates**, Curitiba, V. 10, nº 18/19, p. 181-211, jun/dez.1989.

Os integrantes do CEB, desde a fundação da instituição, autodenominaram-se intelectuais. Essa denominação pressupõe que eles se identificavam com o termo, assumindo responsabilidades que acreditavam ser dos intelectuais.

Numa acepção mais ampla, o intelectual é uma atitude, uma forma de se posicionar no mundo, possuindo uma função social e política, estando ligado à cultura do seu tempo. Considerando esse conceito, os membros do CEB podem ser vistos como intelectuais. Primeiramente, pelo fato de terem assumido a função social de professores, envolvendo-se em projetos educacionais.

Preocuparam-se, também, com uma produção cultural que originou a Revista do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. Nesse espaço divulgaram suas idéias e reflexões, revelando o projeto intelectual da instituição.

Outro aspecto que aproxima esse grupo do conceito de intelectual está associado ao contexto histórico brasileiro. Desde o século XIX e mais intensamente nos anos 1920 e 1930, grande número de intelectuais assumiu a responsabilidade de pensar a questão da identidade nacional, elaborando e divulgando projetos para a sua construção.

Assim, esses pensadores possuíam um posicionamento, frente a diversas discussões, assumindo uma função social e política, comportando-se como intelectuais.

REFERÊNCIAS

AZZI, R. **A neocristandade, um projeto restaurador**. História do pensamento católico no Brasil – V. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. **Trajetória da educação católica no Brasil (1844-1944)** Disponível em: <<http://www.eduline.com.br/aec/trajetoria/notas.htm>>

BALHANA, C.A.F. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: UNESP, 1997.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

CAMPOS, F. A. **Tomismo e Neotomismo no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968.

CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

CARONE, E. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1982.

CASALI, A. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DECCA, E. S. **1930 O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANCO, M. S. C. “As idéias estão no lugar”. In: **Cadernos de Debate**, São Paulo: Brasiliense, 1976.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HELLMANN, G. J. **Colégio Paranaense, esteio do pensamento católico em Curitiba – 1889-1938**. Curitiba, 1997. Tese de conclusão do curso em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMOUNIER, B. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República.” In: **História Geral da Civilização Brasileira**. tomo 3, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARCHETE, T. D. **Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba. 1896-1912**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARCHI, E. **A Igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese de doutorado: USP, 1989.

_____. Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. **História: questões e debates**, v. 10, n. 18/19, jul./dez. 1989.

MARITAIN, J. **Humanismo integral**. 4 ed. São Paulo: Dominus, 1962

MAXIMO, A. C. **Os intelectuais e a educação das massas**. Campinas: Autores Associados, 2000.

MENDONÇA, S. A consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, M. Y. et al. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 252-266.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORIN, E. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1977.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo: o Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PRADO, A. A. **1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
SALEM, T. **Do Centro D. Vital à Universidade Católica**. Disponível em: <<http://www.airbrasil.org.br/simon/rio/tania.htm>> Acesso em: 01 maio 2002.

SALMERON, R. A. **O batalhador Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioteixeira/agenda/salmeron.html>> Acesso em: 01.05.2002.

SCHWARZ, R. “As idéias fora do lugar”. In: **Estudos CEBRAP**, nº 3, jan. 1973.

SCHWARTZMAN, S. Bomeny, H.M.B. Costa, V.M.B. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

SEVERINO, A. J. **A antropologia personalista de Emmanuel Mounier**. São Paulo: Saraiva: 1974.

SILVA, H. R. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

SZVARÇA, D. R. **O forjador; ruínas de um mito: Romário Martins, 1893-1944**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

SZVARÇA, D. R. CIDADE, M. L. O voto “verde” em Curitiba. **História: questões e debates**, Curitiba, V. 10, nº 18/19, p. 181-211, jun/dez.1989.

TELES, G. M. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TRINDADE, E. M. C. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VELLOSO, M. P. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. **Estudos Históricos**. FGV, Rio de Janeiro, 06/11, 1993.

_____. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. **Revista de Sociologia e Política**, Depto. Ciências Sociais/ UFPR, Curitiba, nº 9, 1997, 57-74.

WACHOWICZ, R.C. **Universidade do Mate**. Curitiba: APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH, 1988.

FONTES DE PESQUISA

Do Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB:

Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. Livro-ata das reuniões da Diretoria de agosto/1929 a abril/1950.

Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. Livro-ata nº 1 de setembro/1929 a maio/1931.

Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. Livro-ata nº 2 de maio/1931 a novembro/1934.

Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. Livro-ata nº 3 de novembro/1934 a outubro/1941.

Círculo de Estudos “Bandeirantes”, Curitiba. Livro-ata nº 4 de outubro/1941 a junho/1963.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.1, set. 1934.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.2, ago. 1935.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.3, set. 1936.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.4, fev. 1937.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 1, n.5, abr. 1938.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.1, set. 1939.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.2, jul. 1941.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n.3, set. 1944.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, n. 4, set. 1949.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES”. Curitiba: João Haupt & Cia, tomo 2, edição especial, set. 1954.

Documentos eclesiais:

Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra ao Clero e fiéis da Archidiocese de Olinda (1916). S/ref.,s/d.

Confederação Católica Brasileira de Educação. Anais do Primeiro Congresso Católico de Educação (1934). Rio de Janeiro. S/ref., 1935.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1846-1878: Pio IX) **Quanta cura** e o sílabo: sobre os erros do naturalismo e liberalismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1951. 26 p.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII) **Aeterni patris**: sobre a filosofia cristã. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_sp.html>. Acesso em 08.04.2003.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII). **Immortale Dei**: sobre a constituição cristã dos estados. Petrópolis: Vozes, 1946. 30 p.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII) **A doutrina social da igreja**. São Paulo: Dominus, 1963. 181 p.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1903-1914: Pio X) **Il fermo proposito**: sobre os fundamentos da ação católica. 2 ed Petrópolis: Vozes, 1951. 26 p.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1903-1914: Pio X) **Pascendi dominici gregis**: sobre as doutrinas modernistas. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1952. 70 p.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1914-1922: Bento XV). Encyclique **Ad beatissimi Apostolorum**. Paris: [s.n.], 1914. 38 p.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI) **Divini Illius Magistri**: sobre a educação cristã da juventude. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1950. 43 p.

Outras fontes:

DEL PICCHIA, M. **A semana revolucionária**. Campinas: Pontes, 1992.

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS: Bento Munhoz da Rocha Netto, 1951-1955. Curitiba: Imprensa Oficial.

ESPÍRITO-SANTO, L. **A missão das universidades de 1947**.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba. Livro ata da Congregação da Faculdade, 1938 a 1946.

FERNANDES, J. L. **Discurso aos bacharéis de 1943**.

LIMA, A. A. **A política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

_____. **Pela ação católica**. Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta, 1935.

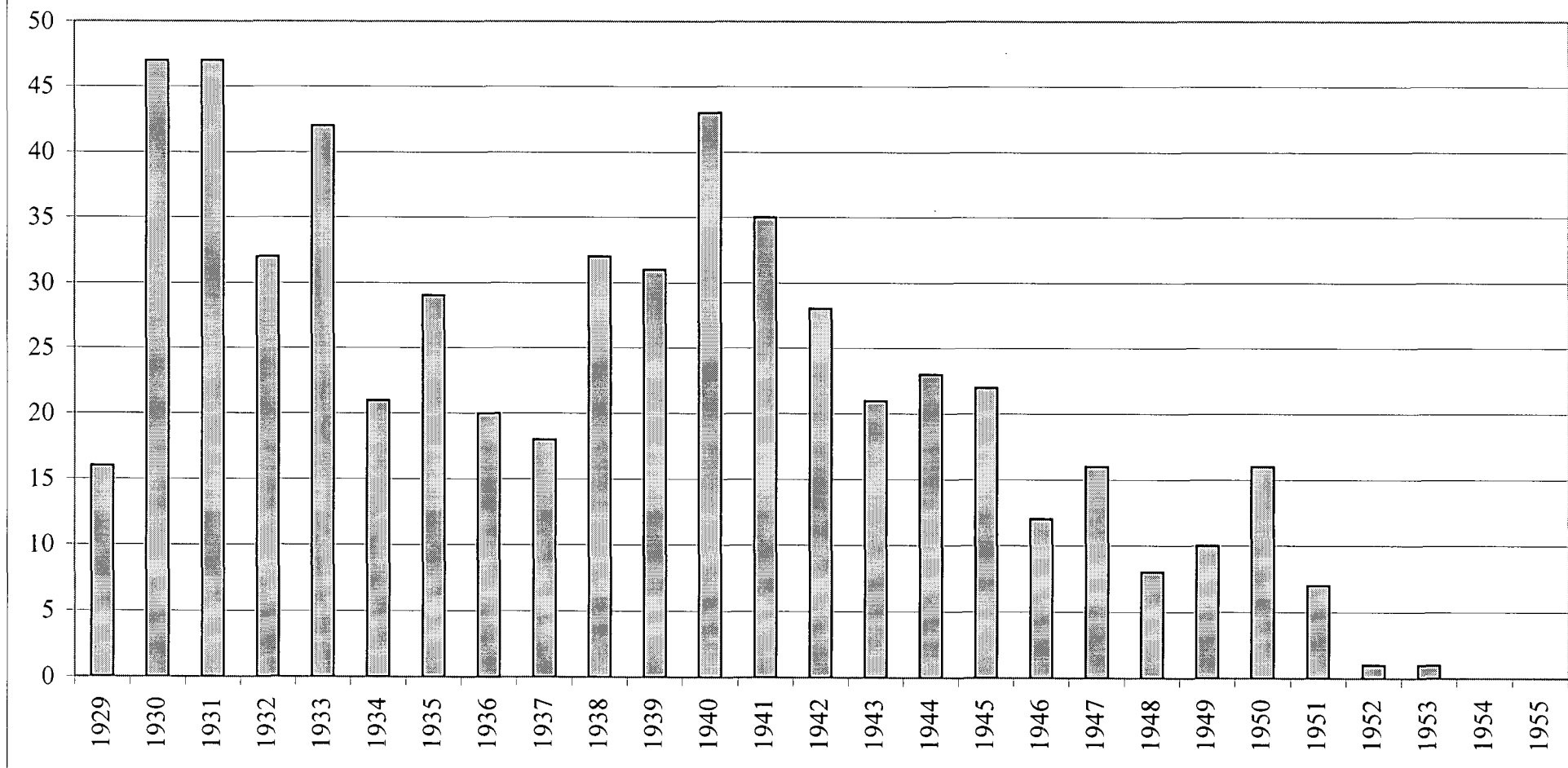
_____. **Pela cristianização da Idade Nova**. Rio de Janeiro: Agir, 1938.

_____. **Indicações políticas: da revolução à constituição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

RICARDO, C. **Marcha para oeste**. V 2. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SCHERNER, L. Ligarú Espírito Santo: uma tese viva sobre educação. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 maio 1987

Anexo 1 - Reuniões dos Sócios do Círculo de Estudos "Bandeirantes"- CEB (1929-1955)



Fonte: Círculo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba. Livros-atas n. 1 (set.1929 a maio.1931), n. 2 (maio.1931 a nov.1934), n. 3 (nov.1934 a out.1941) e n. 4 (out.1941 a jun.1963).

ANEXO 2 – QUADRO BIOGRÁFICO DOS SÓCIOS FUNDADORES DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES” – CEB

Sócio fundador	Data e local de nascimento e falecimento	Filiação	Membro de academias/centros	Curso superior	Carreira/Formação	Obras localizadas
Antônio Rodrigues de Paula	Lapa 25.11.1881 ? 06.10.1949	?	?	Direito	*Promotor (Palmeira); *Delegado de Polícia; *Chefe de Polícia; *Juiz (Araucária); *Pres. Tribunal do Júri (Curitiba); *Desembargador do Tribunal de Justiça.	*Esboços – peças teatrais e poesias; *Do direito policial; *Arestas do Tribunal do Paraná.
Benedicto Nicolau dos Santos	Curitiba 10.09.1878 Curitiba 09.07.1956	Manuel G. dos Santos e Benedita da Trindade Ribas	*Academia Paranaense de Letras; *Instituto de Musicologia de Montevideú; *Academia José de Alencar; *Academia Brasileira de Música; *Centro de Letras do Paraná.	?	*Escriturário da Alfândega do Rio de Janeiro e Paranaguá; *Musicólogo; *Professor de Português do Curso Ginásial em Paranaguá; *Professor de Finanças na Academia Paranaense de Comércio e na Faculdade de Ciências Econômicas; *Catedrático da Cadeira de Noções de Ciências Físicas e Biológicas Aplicadas; *Colaborador de diversas revistas e jornais.	*Normas e fatos – filosofia e crítica; *Sonometria e música; *Lendas e crônicas de Curitiba antiga; *A pauta sinfônica; *Tertúlias musicais; *Cantigas da infância; *Operetas.
Bento Munhoz da Rocha Netto	Paranaguá 17.12.1905 Curitiba 12.11.1973	Caetano Munhoz da Rocha e Olga C. Munhoz da Rocha	*Academia Paranaense de Letras; *Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; *Centro de Letras de Paranaguá.	Engenharia Civil	*Deputado Federal (1946/1959); *Governador (1951-1954); *Ministro da Agricultura; *Professor da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; *Engenheiro Chefe da divisão de Engenharia da CEF; *Secretário do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; * Professor do Depto. de História da UFPR.	*Mensagem da América; *Perfis; *Radiografia de novembro; *Poloneses no Paraná; *O surpreendente progresso do estado do Paraná; *O território do Iguazu na Constituinte; *Coletânea de seus discursos.

Sócio fundador	Data e local de nascimento e falecimento	Filiação	Membro de academias/centros	Curso superior	Carreira/Formação	Obras localizadas
Carlos Araújo de Britto Pereira	?	?	?	Ciências Jurídicas e Sociais	*Catedrático de Português da Escola Normal; *Catedrático de Direito Comercial na Fac. de Direito da Universidade do Paraná.	*Estudos em memória do prof. Vieira Cavalcanti; *Teses para concurso da 2ª cadeira de Português do Ginásio Paranaense.
José de Sá Nunes	? 1893 ? 1955	?	?	Direito	*Catedrático de Português do Ginásio Paranaense.	*Curitiba perante a filologia; *Metodologia da aritmética; O synclitismo pronominal no idioma luso-brasileiro.
José Farani Mansur Guérios	Curitiba 07.11.1906 São Paulo 04.01.1943	Antônio Mansur Guérios e Filomena Farani Mansur Guérios	*Academia de Letras do Paraná; *Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; *Inter American Bibliographical and Library Association.	Direito	*Promotor de Curitiba; *Colaborador em diversos jornais; *Fundador da revista "A Cruzada"; *Professor da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; *Professor da Fac. de Direito do Paraná; *Professor do Ginásio Paranaense.	*Discurso de colação de grau; *Discurso de paraninfo; *Estética e direito; *A guerra: sua inevitabilidade; *O nacionalismo e o direito internacional.
José Loureiro Ascensão Fernandes	Lisboa 12.05.1903 Curitiba 16.02.1977	Manuel Ascensão Fernandes e Julieta Loureiro Ascensão Fernandes		Medicina; Antropologia; Arqueologia.	*Professor da Clínica Cirúrgica; *Professor da Clínica Urológica; *Fundador Faculdade de Ciências Médicas; *Professor da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; *Diretor do Museu Paranaense; *Fundador do Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR; *Fundador do Depto. de Antropologia da UFPR.	*Oração de paraninfo; *Os caigangues de Palmas; *Os índios da Serra de Dourados; *Museu paranaense; *Congadas paranaenses.

Sócio fundador	Data e local de nascimento e falecimento	Filiação	Membro de academias/centros	Curso superior	Carreira/Formação	Obras localizadas
Liguarú Espírito Santo	Tibagi 13.08.1900 Curitiba 29.07.1985	?	?	Agronomia	*Professor da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; *Fundador e professor da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba; *Fundador Congregação Mariana da Catedral de Curitiba.	*A missão social das universidades.
Pedro Ribeiro Macedo da Costa	? 1880 ? 1953	?	?	?	*Catedrático de Desenho do Ginásio Paranaense; *Professor da Faculdade de Engenharia do Paraná.	*A espiritualidade da arte.
Waldemiro Augusto Teixeira de Freitas	? 1894 ?	?	?	Engenharia Civil	*Catedrático de Geometria e Trigonometria Rectilínea do Ginásio Paranaense; *Professor da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.	*Comparação das figuras geométricas; *Princípios mecânicos, geometria das massas, estática dos pontos e dos sistemas materiais, estática dos sistemas articulados e dos fios.

ANEXO 3 - ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS DO CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES” – CEB (1934-1944)

Tomo 1º - nº 1 – Setembro/1934

Autor	Título	Comentários
José Loureiro e José Farani Mansur Guérios	Sem título	Nota de apresentação mencionando os sócios fundadores e a diretoria da instituição, como também os seus objetivos e os da revista.
Arthur Ferreira dos Santos	<i>A vida de meu pae</i> Sessão extraordinária em 4 de janeiro de 1934.	Palestra em homenagem à memória do pai de Arthur, Claudino dos Santos, destacando aspectos de sua vida profissional.
Romário Martins	<i>Toponomástica Indígena do Paraná</i>	Espécie de dicionário contendo o significado de, aproximadamente, 250 palavras indígenas.
Arthur Martins Franco	<i>Bandeirantes no Paraná</i>	Homenagem à atuação dos bandeirantes paulistas, considerando-a heróica, no reconhecimento do território paranaense.

Este número da revista ainda apresentou a relação de sócios e contribuintes da instituição, a coluna de Francisco Negrão, “Efemérides Paranaenses”, do mês de janeiro e a “Secção de Documentos”.

Tomo 1º - nº 2 – Agosto/1935

Autor	Título	Comentários
Homero de Barros	Sem título	Nota de apresentação destacando que um dos objetivos da revista era tornar público o trabalho dos integrantes da instituição.
Edgard Chalbaud Sampaio	<i>Benedicto Nicolau dos Santos</i> Sessão em 11 de abril de 1935.	Palestra de homenagem ao musicólogo, mencionando aspectos de sua biografia e obras escritas.
Romário Martins	<i>As quatro bacias fluviais do Paraná</i>	Descrição das bacias fluviais do Paraná, mencionando os rios que as compõem, a localização e a extensão de seus cursos.
Arthur Martins Franco	<i>Bandeirantes no Paraná</i>	Continuação do número anterior.
Rosário Farani Mansur Guérios	<i>Novos rumos da tupinologia</i>	Estudo da língua tupi, comparativamente à guarani.

Este número da revista apresentou a coluna de Francisco Negrão, “Efemérides Paranaenses”, do mês de fevereiro e a “Secção de Documentos”.

Tomo 1º - nº 3 – Setembro/1936

Autor	Título	Comentários
Homero de Barros	Sem título	Nota de apresentação destacando a importância, para a história do Paraná, dos artigos publicados na revista.
Romário Martins	<i>Província Índio-Cristã de Guayra</i>	Narrativa sobre a fundação de reduções na Província de Guaíra, pelos jesuítas, bem como sua atuação na catequização dos indígenas.
Arthur Martins Franco	<i>Frei Timotheo de Castelnovo</i>	Homenagem ao missionário, mencionando dados de sua biografia e atuação como catequista dos indígenas.
Oswaldo Piloto	<i>A imprensa do Paraná no Império</i>	História da imprensa no estado, desde seu surgimento até a década de 30, mencionando a fundação dos principais jornais.
Francisco Negrão	<i>Curityba e o seu evoluir; sua população e suas tradições e costumes; aperturas e lutas de seus habitantes.</i> Sessão em 24 de outubro de 1935.	História da fundação de Curitiba, mencionando os seus primeiros governantes, aspectos de sua economia e do cotidiano de seus primeiros habitantes.
Rosário Farani Mansur Guérios	<i>O trilateralismo das raízes semíticas</i>	Apresentação sobre a origem e derivação de algumas palavras.
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Duas saudações: sobre o thomismo</i> Saudação na aula de 4 de janeiro de 1936. <i>A função do historiador</i> Sessão em 12 de junho de 1936.	Homenagem e agradecimento ao Pe. Jesus Ballarin, professor do curso de Filosofia ministrado nas dependências da instituição, destacando a importância da filosofia neotomista entre esses intelectuais. Homenagem ao Dr. Pedro Calmon por sua atuação como historiador, comentando que a “função” do historiador é de observador dos fatos.

Este número da revista apresentou a coluna de Francisco Negrão, “Efemérides Paranaenses”, referente à primeira quinzena do mês de março e a “Secção de Documentos”.

Tomo 1º - nº 4 – Fevereiro/1937

Autor	Título	Comentários
Manuel Lacerda Pinto	<i>Saudação ao povo palmense.</i> Lida ao microfone da PRB 2 de Curitiba	Este número da revista foi comemorativo ao centenário do povoamento dos campos de Palmas, destacando a atuação dos bandeirantes nas expedições conquistadoras e colonizadoras do território.
José Júlio Cleto da Silva	<i>O centenário de Palmas.</i>	
Romário Martins	<i>Bandeiras povoadoras do Paraná. Povoamento dos campos de Palmas.</i>	
Francisco Negrão	<i>Os campos de Palmas 1836-1946.</i>	
João Alves da Rocha Loures	<i>A fazenda da Lagoa.</i>	
Arthur Martins Franco	<i>Primeiro centenário do povoamento dos Campos de Palmas.</i> Sessão em 30 de dezembro de 1936.	

Este número da revista apresentou a “Secção de Documentos”, reproduzindo documentos dos cem anos de Palmas.

Tomo 1º - nº 5 – Abril/1938

Autor	Título	Comentários
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Francisco Negrão</i> Sessão extraordinária em 7 de outubro de 1937.	Homenagem póstuma a Francisco Negrão, mencionando aspectos de sua biografia e considerando exemplar seu sentimento regionalista.
Romário Martins	<i>Distribuição geográfica das tribos indígenas</i>	Relação dos grupos indígenas, destacando o local que habitavam e alguns aspectos de sua história. Menciona, também, a conquista de seu território pelos espanhóis e portugueses e a catequização jesuítica.
Sem autor	<i>Museu paranaense 1876-1936 – Resenha histórica</i>	Descreve a história do museu, destacando as pessoas que o visitaram e as suas diretorias.
F. A. Fonseca Filho	<i>Notas úteis ao prospector de minas.</i> Especialmente escrito para a revista.	Informações sobre a geologia e a mineração no Paraná.
Arthur Martins Franco	<i>O Pe. Francisco das Chagas Lima</i>	Biografia do Pe. Francisco destacando seu trabalho de catequese.
Heitor Stockler	<i>Pe. Anchieta (poema)</i>	Homenagem ao Pe. Anchieta

Este número da revista ainda apresentou a coluna de Francisco Negrão, “Efemérides Paranaenses”, referente à segunda quinzena do mês de março, como também uma “Secção de Documentos” com cartas do Frei Timotheo de Castelnovo ao administrador do Aldeamento Indígena de Pirapó, que faziam parte do arquivo da instituição.

Tomo 2º - nº 1 – Setembro/1939

Autor	Título	Comentários
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Círculo de Estudos Bandeirantes</i>	Nota de apresentação comemorativa dos dez anos da instituição, mencionando o meio anticlerical em que foi fundada e destacando alguns aspectos de sua história, como a importância do Curso de Filosofia.
Liguarú Espírito Santo	<i>Anchieta</i> Sessão extraordinária em 19 de março de 1934.	Homenagem comemorativa do quarto centenário de Pe. Anchieta, destacando o seu trabalho missionário, considerado pelo palestrante como uma demonstração de civismo.
Jesus Ballarin	<i>O Cardeal Mercier</i> Sessão extraordinária em 17 de dezembro de 1936.	Palestra feita no encerramento do Curso de Filosofia ministrado no CEB, comemorativa dos dez anos de falecimento do precursor do resgate das idéias tomistas, denominadas de neotomistas, o Cardeal Mercier, destacando dados de sua biografia e filosofia.
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Divagações sobre a democracia</i>	Análise crítica da obra de Rudolf Laun “A democracia”, revelando o posicionamento de simpatia ao autoritarismo do palestrante.
Rosário Farani Mansur Guérios	<i>O nexo lingüístico bororo-merrime-caiapó</i>	Estudo comparativo das línguas indígenas bororó, merrime e caiapó, a fim de estabelecer semelhanças.
Oswaldo Pilloto	<i>Antonio Rebouças</i> Sessão extraordinária em 15 de junho de 1939.	Biografia de Antonio Rebouças destacando sua atuação como um dos desbravadores do Paraná.
José Farani Mansur Guérios	<i>Idéias constitucionalistas em 1822</i>	História da independência política do Brasil, destacando a reivindicação da população de uma Constituição.
Homero Batista de Barros	<i>Machado de Assis</i>	Homenagem a Machado de Assis, destacando características de sua personalidade e algumas de suas obras.
Manuel Lacerda Pinto	<i>Discurso</i> Sessão comemorativa dos dez anos da instituição em 12 de setembro de 1939.	Discurso destacando os objetivos e o ambiente em que foi fundada a instituição.
Benedicto Nicolau dos Santos	<i>Batél</i>	Crônica da história do folclore paranaense e da origem dos nomes de alguns locais do estado, contada pelas lembranças de um personagem, o “Tio Delfino”.

Neste número consta uma relação dos discursos lidos, no período de 1929-1939, nas reuniões da instituição, como também, os componentes da diretoria no mesmo período.

Tomo 2º - nº 2 – Julho/1941

Autor	Título	Comentários
Silveira Netto	<i>Artes plásticas no Paraná</i> Palestra pronunciada na Academia Carioca de Letras em 27 de agosto de 1935 e no CEB em 21 de janeiro de 1937.	Resgate histórico das artes plásticas no Paraná, destacando fatos e artistas.
Lacerda Pinto	<i>O coração de Emiliano Perneta</i>	Homenagem em memória dos 20 anos de falecimento do poeta simbolista Emiliano Perneta, mencionando alguns de seus poemas.
Marcelino Nogueira Sobrinho	<i>Dr. Monteiro de Carvalho e Silva</i> Sessão extraordinária em 2 de outubro de 1940.	Homenagem póstuma ao Dr. Monteiro, mencionando dados de sua biografia.
Pe. Eurípedes O. O. Sousa	<i>Dr. Fernando Taddei</i>	Palestra de homenagem.
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Dr. Fernando Taddei</i> Sessão extraordinária em 8 de fevereiro de 1940.	Homenagem póstuma ao arcebispo de Jacarezinho, destacando sua biografia e habilidades de educador.
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Um professor de energia – Lisímaco Ferreira da Costa</i> Sessão extraordinária em 28 de agosto de 1941.	Homenagem póstuma ao professor Lisímaco, destacando sua atuação como educador e em defesa da siderurgia nacional.

Este número da revista ainda apresentou a coluna de Francisco Negrão, “Efemérides Paranaenses”, referente ao mês de abril.

Tomo 2º - nº 3 – Outubro/1944

Autor	Título	Comentários
Sem autor	<i>Dr. Caetano Munhoz da Rocha – dados biográficos</i>	Este número da revista foi uma homenagem póstuma a Caetano Munhoz da Rocha, pai de Bento Munhoz da Rocha Netto, destacando dados de sua biografia e características de sua personalidade.
Arthur Martins Franco	<i>Dr. Caetano Munhoz da Rocha</i> Sessão extraordinária em 23 de maio de 1944, em memória no 30º dia de seu falecimento.	
Nascimento Júnior	<i>Dr. Caetano Munhoz da Rocha</i> Palestra feita na rádio-difusora ZYC-5 em Paranaguá, em memória no 7º dia de seu falecimento.	
Gabriel Munhoz da rocha	<i>Si scires donum Dei</i>	
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Alguns traços da personalidade de Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida</i>	
Caio Machado	<i>Uma grande figura do Paraná</i>	
Loureiro Fernandes	<i>Um grande vulto do catolicismo no Paraná</i>	

Tomo 2º - nº 4 – Setembro/1949

Autor	Título	Comentários
José Loureiro Fernandes Homero Batista de Barros	<i>Revista do Círculo de Estudos "Bandeirantes".</i>	Nota de apresentação comemorativa dos vinte anos, resgatando os objetivos da instituição e da revista.
Liguarú Espírito Santo	<i>Revmo. Padre Jesus Ballarin Carrera, C.M.F.</i> Reunião semanal em 15 de julho de 1943.	Homenagem póstuma ao professor de filosofia dos membros da instituição.
Temístocles Linhares	<i>Eça de Queiroz, um caso de ressentimento.</i> Conferência comemorativa no centenário do nascimento do escrito, em 25 de novembro de 1945.	Homenagem ao romancista Eça de Queiroz, citando as suas obras e transcrevendo trechos de algumas.
Antonio Paulino de Almeida	<i>A fortaleza de Paranaguá.</i>	Resgate histórico da fundação da vila de Paranaguá.
Arthur Martins Franco	<i>Joaquim Antunes de Almeida</i> Reunião semanal em 23 de junho de 1949.	Homenagem à memória de Joaquim Antunes de Almeida, mencionando dados biográficos, considerado um paranista por se preocupar com o estado.
Mansueto Kohlen O.F.M. Catedrático de Literatura Germânica da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.	<i>Goethe e Francisco de Assis.</i> Conferência realizada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, em comemoração ao bicentenário do nascimento de Goethe, em 02 de agosto de 1949.	Comparação entre as obras de Goethe e Francisco de Assis, transcrevendo os pontos de similaridade.
Alvir Riesemberg	<i>Fundação de Porto União da Vitória.</i> Reunião semanal em 18 de agosto de 1949.	Resgate histórico da fundação de União da Vitória.
Manuel Lacerda Pinto	<i>Saudação aos franciscanos do Paraná.</i> Conferência comemorativa do cinquentenário dos franciscanos em Curitiba, realizada no salão de festas do Colégio do Senhor Bom Jesus, em 07 de agosto de 1949.	Homenagem à atuação educacional dos franciscanos no estado, como desdobramento do projeto ultramontano da Igreja Católica.
Saboya Côrtes	<i>Três gerações ao serviço do Brasil: Barão de Campos Gerais, Conselheiro Manoel Alves de Araújo e Embaixador Hippolyto Pacheco Alves de Araújo.</i> Conferência realizada na sede do CEB, em 13 de junho de 1946.	Homenagens póstumas ao Barão de Campos Gerais, ao Conselheiro Manoel Alves de Araújo e ao Embaixador Hippolyto Pacheco Alves de Araújo, pela atuação na política e desenvolvimento econômico do estado.
Oscar Martins Gomes	<i>Embaixador Dr. Hippolyto Pacheco Alves de Araújo.</i>	Homenagem póstuma ao Embaixador Hippolyto Pacheco Alves de Araújo, mencionando dados biográficos.

Autor	Título	Comentários
Pe. Luiz Gonzaga Miele	<i>Monsenhor Celso Itiberê da Cunha.</i> Conferência pronunciada na Catedral Metropolitana de Curitiba, na missa de corpo presente, em 13 de julho de 1930.	Homenagem póstuma ao Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, destacando seus atos no sacerdócio.
José Loureiro Fernandes	<i>Festa da cumieira.</i> Por ocasião da colocação da cumieira do edifício da sede social do CEB, sem data.	Discurso comemorativo pelo lançamento da pedra fundamental da sede social da instituição.
José Loureiro Fernandes	<i>Inauguração da sede própria.</i> Sessão em 12 de setembro de 1945.	Discurso comemorativo da inauguração da sede social da instituição, destacando a doação do terreno pelo governo do estado e as contribuições da União Brasileira de Educação e Ensino e de outros comerciantes da cidade.
Liguarú Espírito Santo	<i>Revmo. Padre Luiz Gonzaga Miele, o idealizador do Círculo de Estudos "Bandeirantes".</i> Conferência pronunciada no salão de conferências do CEB inaugurando o bronze em homenagem ao idealizador da instituição, sem data.	Nesse discurso Liguarú Espírito Santo enalteceu a personalidade de um dos idealizadores do CEB, o Pe. Miele, e relembrou as suas palavras quando da inauguração da instituição.
Bento Munhoz da Rocha Netto	<i>Homenagem póstuma a José Farani Mansur Guérios.</i> Conferência pronunciada no salão da biblioteca do CEB, inaugurando uma placa de bronze em memória ao idealizador, em 12 de setembro de 1945.	Homenagem póstuma a José Farani Mansur Guérios, um dos idealizados do CEB.

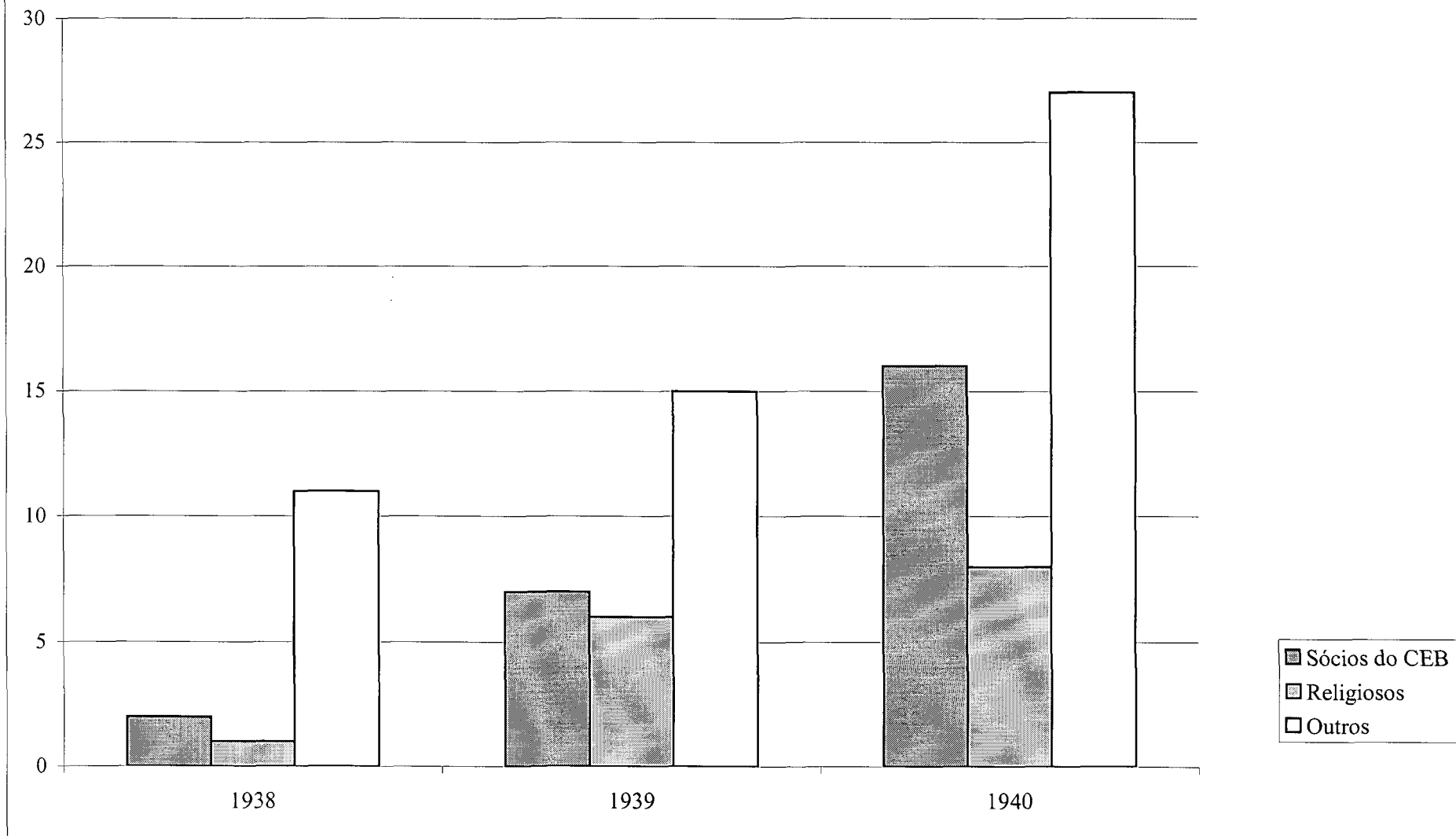
Este número da revista ainda apresentou a coluna de Francisco Negrão, "Efemérides Paranaenses", referente aos meses de maio e junho.

Edição especial de 25 anos – Setembro/1954

Autor	Título	Comentários
José Loureiro Fernandes	<i>Jubileu de prata do Circulo de Estudos "Bandeirantes".</i>	Nota de apresentação comemorativa dos vinte e cinco anos, resgatando os objetivos da instituição e da revista.
Pe. Luiz Gonzaga Miele	Sem título Saudação do conselheiro	Discurso enviado pelo Pe. Miele saudando os vinte e cinco anos da instituição, lida por Euro Brandão na sessão comemorativa. O Pe. Miele lembrou as dificuldades iniciais que o grupo enfrentou ao fundar o CEB.
Liguarú Espírito Santo	<i>O Circulo de Estudos "Bandeirantes" em vinte e cinco anos de existência.</i> Conferência pronunciada no salão nobre da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, em 11 de setembro de 1954.	Nesse artigo Liguarú Espírito Santo relembra as atividades da instituição, enumerando as reuniões semanais, as sessões extraordinárias e os contatos culturais do CEB com outras instituições.
Bento Munhoz da Rocha Netto	Sem título Discurso pronunciado de improviso e gravado, em 11 de setembro de 1954.	Nesse discurso Bento Munhoz da Rocha Netto lembrou o período de fundação da instituição e das palavras encorajadoras do Pe. Miele aos sócios.

Este número da revista ainda apresentou a coluna de Francisco Negrão, "Efemérides Paranaenses", referente aos meses de julho a dezembro.

Anexo 4 - Professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938/1940)



Fonte: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba. Livro ata da Congregação da Faculdade, 1938 a 1946.